

Relatório anual 2018

3	Carta do Presidente	37	UNIDADE DE DOAÇÕES	63	UNIDADE DE OBRIGAÇÕES LEGAIS	78	UNIDADE DE PROJETOS ESPECIAIS
4	Perspectivas						
5	Missão, Visão e Valores	38	ARPA	64	FMA/RJ	79	Projeto K
6	Objetivos e Contribuições		Programa Áreas Protegidas da Amazônia		Mecanismo para a Conservação da		Projeto Conhecimento para Ação
8	Linha do Tempo	42	GEF Mar		Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro	81	Apoio à BIOFUND/Moçambique II
14	O FUNBIO		Projeto Áreas Marinhas e Costeiras	66	Pesquisa Marinha e Pesqueira	82	Projeto Colômbia
14	Como Trabalhamos		Protegidas		Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e		Estratégia Financeira para as Áreas
15	Em Números	45	REM MT		Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro		Protegidas na Colômbia
17	Lista de Financiadores 2018		Programa Global REDD Early Movers (REM)	70	Conservação da Toninha	83	Moore Sustentabilidade
18	Organograma		– Mato Grosso		Conservação da Toninha na Área de	83	Amazônia (ZFM)
19	Governança	47	TFCA		Manejo I (Franciscana Management Area I)		
20	Transparência		Tropical Forest Conservation Act	74	Apoio a UCs	84	FUNBIO AGÊNCIA GEF
21	Comitê de Ética	51	Probio II		Conservação e Uso Sustentável da		
22	Políticas de Salvaguarda		Fundo de Oportunidades do Projeto		Biodiversidade nas Unidades de	85	Pró-Espécies
23	Agências Nacionais FUNBIO		Nacional de Ações Integradas Público-		Conservação Federais Costeiras e		Projeto Estratégia Nacional para
24	Quem Somos		privadas para Biodiversidade		Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro		Conservação de Espécies Ameaçadas
27	Biblioteca	54	GEF Terrestre		e São Paulo		de Extinção
28	Na Mídia		Estratégia de Conservação, Restauração	75	Educação Ambiental		
31	Mulheres na Conservação		e Manejo para a Biodiversidade		Implementação de Projetos de Educação	87	CRÉDITOS E AGRADECIMENTOS
35	Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro	55	Mata Atlântica		Ambiental e Geração de Renda Voltados		
			Biodiversidade e Mudanças Climáticas		para a Qualidade Ambiental das		
			na Mata Atlântica		Comunidades Pesqueiras do Estado do		
		56	Fundo Kayapó		Rio de Janeiro		
		58	Um Milhão de Árvores para o Xingu	75	CRAS RJ		
		59	BFN		Implantação e Manutenção de um Centro		
			Conservação e Uso Sustentável da		de Reabilitação de Animais Silvestres no		
			Biodiversidade para Melhoria da Nutrição		Estado do Rio de Janeiro		
			e do Bem-estar Humano	76	Volta Verde		
		62	Manguezais Amazônicos	76	TAJ Caçapava		
		62	Adoção de Parques		Projeto de Compensação Ambiental em		
					Pecúnia para Empreendimento da Aerovale		
					no Município de Caçapava/SP		
				77	Ararinha na Natureza		



José de Menezes Berenguer Neto

Presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO

CARTA DO PRESIDENTE

Conhecimento e inovação

A busca pela excelência sempre foi uma meta para o FUNBIO, desde a sua criação, há mais de duas décadas. Precisão, confiabilidade e transparência estão entre os atributos que, ao longo de nossa história, asseguraram resultados efetivos dos projetos apoiados. Em 2018, o FUNBIO foi apontado como uma das 100 Melhores Organizações Não-Governamentais do Brasil pelo Prêmio Melhores ONGs. Um reconhecimento ao profissionalismo da instituição, à frente da gestão financeira de alguns dos mais importantes projetos de conservação ambiental do Brasil.

Em 2018, fiel à vocação inovadora, o FUNBIO e parceiros lançaram um projeto de *blended finance* no Pampa, que alia conservação a produção agropecuária. A iniciativa incentiva produtores de gado em campos sulinos por meio do aporte de recursos financeiros e técnicos. O resultado é o aumento da produtividade, maior valor agregado e a consequente conservação do Pampa, que deixa de ser convertido para atividades como silvicultura e monocultura. O fomento à produção sustentável, presente anteriormente em projetos relacionados a

cadeias da sociobiodiversidade, é estendido com o projeto a um novo braço, que combina doação e financiamento.

2018 foi também o ano em que concretizamos um sonho há muito almejado: o programa Bolsas FUNBIO de apoio à pesquisa de campo. Na primeira edição, em parceria com o Instituto Humanize, a iniciativa selecionou quase 30 projetos de mestrands e doutorandos de diferentes partes do país. Eles receberão apoio para realizar as pesquisas e, desse modo,

esperamos fomentar o conhecimento científico e contribuir para a formação de futuras lideranças. O conhecimento é um elemento estruturador de transformações de longo prazo e a pluralidade das propostas evidencia o potencial dos jovens produtores de saber no Brasil.

A combinação de inovação e conhecimento, presente no FUNBIO desde a sua concepção, é um elemento chave para resultados efetivos e mensuráveis de conservação.



Rosa Lemos de Sá

Secretária-geral do FUNBIO

PERSPECTIVAS

A caminho de mais parcerias

Desde a sua criação, o FUNBIO sempre seguiu a vocação de criar e promover parcerias. Foi assim que, em mais de duas décadas, apoiou quase 300 projetos em colaboração com alguns dos maiores doadores globais, governos, empresas e sociedade civil. Em 2019, em nosso constante esforço de diversificação, é oportuna a criação e a ampliação de novas parcerias estaduais e federais.

O trabalho do FUNBIO de identificar novas fontes para projetos ambientais pode contribuir para que estados assegurem a conservação e o desenvolvimento sustentável. Diante dos desafios orçamentários estaduais, recursos privados oriundos de doadores e também

de obrigações legais são relevantes fontes adicionais para a conservação.

No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), mecanismo financeiro desenvolvido pelo FUNBIO, assegura o funcionamento e a manutenção de unidades de conservação (UCs), com recursos privados de compensações ambientais. Desse modo, foi possível atravessar mesmo os períodos de menor orçamento, sem prejuízo para a manutenção e a consolidação das UCs.

Em outubro de 2018, após um criterioso processo de avaliação, recebemos a boa notícia.

O FUNBIO, juntamente com a Caixa Econômica Federal, estava entre as duas primeiras instituições credenciadas como agências nacionais do Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês) no Brasil. Para nós, motivo de satisfação e reconhecimento de nosso trabalho.

O GCF é um fundo global criado para apoiar países em desenvolvimento a superarem os desafios provocados pelas mudanças climáticas e já tem o compromisso de aportes de USD 10,3 bilhões para projetos. Em 2019, trabalharemos com parceiros em ideias e propostas nacionais e estaduais para o GCF.

O título de agência nacional GCF junta-se ao de agência nacional implementadora de outro fundo, o Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), obtido em 2015. O FUNBIO é hoje a única instituição da sociedade civil credenciada como agência nacional tanto do GCF quanto do GEF.

Em 2019, vamos ampliar parcerias para contribuir de modo cada vez mais efetivo para a conservação do patrimônio ambiental nacional.



MISSÃO

Aportar recursos estratégicos
para a conservação
da biodiversidade



VISÃO

Ser referência na viabilização
de recursos estratégicos e
soluções para a conservação
da biodiversidade



VALORES

O FUNBIO é guiado pelos
seguintes valores:

- ^ Transparência
- ^ Ética
- ^ Efetividade
- ^ Receptividade
- ^ Independência
intelectual
- ^ Inovação

As iniciativas de conservação apoiadas pelo FUNBIO contribuem para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e também para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês). Neste relatório, as páginas dos projetos trazem os ícones que sinalizam as relações com os ODS e com a NDC do Brasil.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou a adoção por países membros de 17 ODS a fim de proteger o planeta, acabar com a pobreza e garantir a prosperidade para todos. Eles dão continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e contribuem para o alcance dos que não foram ainda atingidos. O conjunto de medidas vai orientar o Brasil e outros 192 estados membros da ONU nas políticas nacionais e nas atividades de cooperação internacional pelos próximos 15 anos.



Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)

No mesmo ano, o Brasil apresentou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), o compromisso do país com o Acordo de Paris. O Brasil se comprometeu a reduzir, até 2025, emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis registrados em 2005. E até 2030, em 43% abaixo dos níveis de 2005. Entre as medidas a serem alcançadas estão a restauração de 12 milhões de hectares e o desmatamento ilegal zero na Amazônia.



* Este selo não é oficial. O FUNBIO tomou a liberdade para criá-lo para representar a colaboração dos seus projetos com a Contribuição Nacionalmente Determinada.

Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB)

A Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) tem como missão promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com repartição equitativa de benefícios do uso genético. Foi criada pelo Governo Federal em conjunto com governos estaduais, os setores empresarial, acadêmico e a sociedade civil. Contribui para as metas de biodiversidade do país. Os projetos do FUNBIO contribuem para a EPANB.



OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES

	ODS																	NDC	
	1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	3 SAÚDE E BEM-ESTAR	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	14 VIDA NA ÁGUA	15 VIDA TERRESTRE	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	17 PARCERIAS EM DESENVOLVIMENTO		
Bolsas FUNBIO																			
Programa ARPA																			
GEF Mar																			
REM Mato Grosso																			
TFCA																			
Probio II																			
GEF Terrestre																			
Mata Atlântica																			
Fundo Kayapó																			
Um Milhão de Árvores para o Xingu																			
BFN																			
Manguezais Amazônicos																			
Adoção de Parques																			
Fundo Mata Atlântica – FMA/RJ																			
Pesquisa Marinha e Pesqueira																			
Conservação da Toninha																			
Apoio a UCs																			
Educação Ambiental																			
CRAS RJ																			
Volta Verde																			
TAJ Caçapava																			
Ararinha na Natureza																			
Projeto K																			
Pró-Espécies																			



Janeiro

Ano novo, novo site

Ano novo, novo site. O FUNBIO lança seu novo portal na internet, com navegação simplificada e integração com redes sociais.



[Link para o site novo](#)

Áreas Protegidas Colombianas

O FUNBIO e a consultora alemã GITEC iniciam estudos relacionados ao financiamento sustentável das áreas protegidas da Colômbia para o Fundo Patrimônio Natural.

Área Protegida Los Nevados, Tolima, Colômbia.

Foto: Andres Hurtado/Parques Nacionales Naturales de Colombia

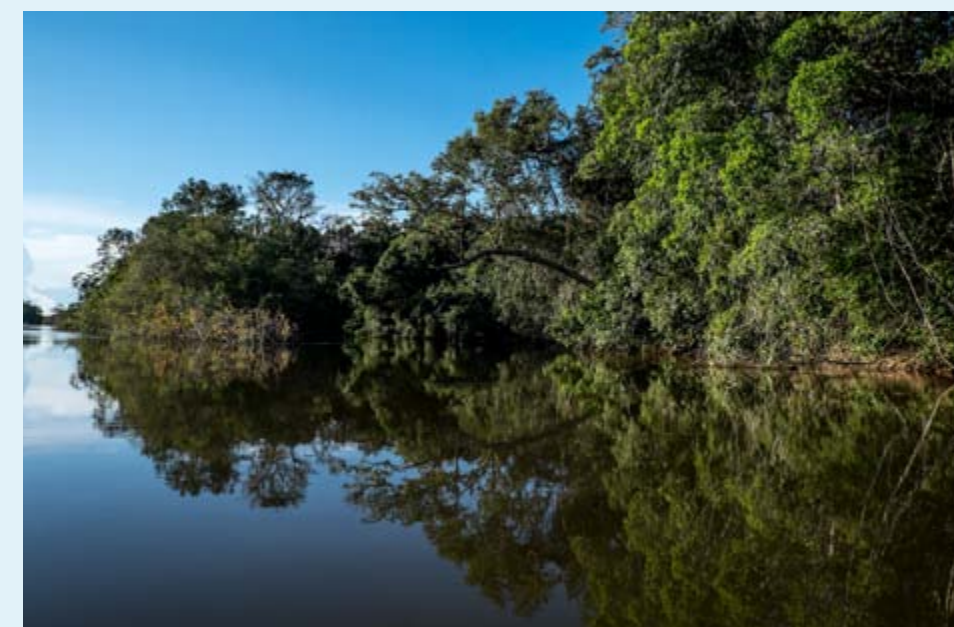


Fevereiro

Projeto premia MT por redução de CO₂

Mato Grosso dá início ao projeto REDD Early Movers (REM), iniciativa global do governo alemão que premia a redução de emissões de CO₂ resultante da conservação de florestas. O FUNBIO será o gestor financeiro do projeto.

Parque Estadual do Xingu/SEMA, MT. Foto: José Medeiros/GCOM MT





Março

Saúde e alegria para manter a floresta de pé

O projeto Floresta Ativa, apoiado por três anos pelo Fundo de Oportunidades do Probio II, anuncia novos resultados: o apoio a quase 200 projetos liderados por mulheres viabiliza hoje a produção de 300 mil mudas de espécies nativas por ano. Já a construção de 37 cisternas fornece água tratada para três mil moradores, assegurando o saneamento, fundamental na cadeia de valor: sem ele, é mínima a chance de os produtos conseguirem mercado.

Cisterna construída na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns/ICMBio, PA. Foto: Projeto Saúde e Alegria/Divulgação



Abril

Mais informação sobre o pescado mais consumido no país

A embarcação de pesquisa Atlântico Sul, da FURG, retorna aos mares, com novos equipamentos comprados com apoio do Projeto de Pesquisa Marinha e Pesqueira. Eles serão usados para o levantamento de dados sobre a sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), a espécie marinha mais consumida no país e uma das cinco mais importantes para a pesca nacional.

Navio pesqueiro Atlântico Sul. Foto: Adrian Martino/Mundo Marinho





Maio

Apoio aos biomas menos protegidos do país

É assinado o projeto Estratégia de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade (GEF Terrestre), que apoiará a conservação da Caatinga, do Pantanal e do Pampa, os três biomas menos protegidos do Brasil.

Destino Vietnã

O FUNBIO participa em Da Nang (Vietnã) da 6ª Assembleia do GEF, um dos maiores doadores para projetos ambientais do mundo. Rosa Lemos de Sá, secretária-geral do FUNBIO, é convidada a falar sobre Manejo Florestal Sustentável.

Fazenda Sítio do Meio, Ingazeira, PE. Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO



Junho

Bolsas FUNBIO, apoio à pesquisa de campo

É lançada a iniciativa Bolsas FUNBIO — Conservando o Futuro, que apoiará 29 pesquisas de campo de mestrado e doutorado em parceria com o Instituto Humanize. Um comitê formado por membros do FUNBIO e da academia analisou mais de 600 propostas.

Nove faces da Amazônia

Tem início a expedição fotográfica que retratou nove unidades de conservação apoiadas pelo programa ARPA, Áreas Protegidas da Amazônia.

“Quem faz o GEF Mar”

No Dia Mundial dos Oceanos, foi lançada no Instagram e no Facebook a campanha “Quem faz o GEF Mar”. Gestores de cinco UCs e de dois centros de pesquisa enviaram vídeos em que falam de seu trabalho e da colaboração com o GEF Mar. Em meio a paisagens espetaculares, levaram para as redes sociais um pouco do trabalho em campo e nos centros de pesquisa e, em poucos dias, tiveram mais de 15 mil visualizações.

Parque Nacional dos Campos Amazônicos/ICMBio, RO.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO





Julho

Vocação sulina

Um novo e inovador projeto concilia conservação, atividade agropecuária e geração de renda no Pampa. Os recursos serão destinados por meio de *blended finance*, que combina doação não reembolsável com linha de crédito.

Assinatura do projeto Conservação da Biodiversidade Aliada à Produção Agropecuária do Bioma Pampa. Foto: Luiz Chavez/Divulgação



Agosto

Diálogos catarinenses

Os Diálogos Sustentáveis, uma ação do FUNBIO em parceria com a Associação dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), aterrissa no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Florianópolis. O debate sobre obrigações legais como fonte de recurso adicional para a conservação reuniu membros do MP e do governo no Espaço Amazônia, iniciativa da Fundação Gordon and Betty Moore.

Painel realizado na 9ª edição do CBUC, em Florianópolis, SC.
Foto: Samira Chain/FUNBIO





Setembro

Toninhas: urgência para salvar o golfinho mais ameaçado do Brasil

Em setembro, acontece em Florianópolis o I Seminário do Projeto Conservação da Toninha, que reuniu representantes dos seis projetos apoiados. Juntos, eles constituem o maior estudo coordenado já feito sobre o golfinho mais ameaçado do Brasil.

Seminário do Projeto Conservação da Toninha.
Foto: Yuri Cruvinel/FUNBIO



Outubro

ARPA: 15 anos de aprendizado e bons resultados

Um encontro em Brasília com representantes do governo, do FUNBIO, doadores e gestores discutiu as lições aprendidas nos 15 primeiros anos do ARPA. Governança, gestão e modelo de longo prazo, sustentável, estiveram entre os temas centrais do evento.

Encontro trata das lições aprendidas ao longo dos 15 anos do programa ARPA. Foto: Pedro Lacerda/FUNBIO





Novembro

FUNBIO se torna agência nacional do Fundo Verde do Clima

O FUNBIO foi credenciado como uma das primeiras agências nacionais implementadoras do Fundo Verde do Clima (GCF, na sigla em inglês) no Brasil. A outra instituição credenciada foi a Caixa Econômica Federal. O GCF foi criado em 2010 e apoia países em desenvolvimento a enfrentarem os desafios relacionados ao aquecimento global.

Evento na COP destaca parceria com a Marinha

Brasil e México apresentaram modelos inovadores para a gestão de áreas protegidas marinhas e costeiras na 14ª Conferência das Partes (COP14) da CDB, no Egito. Parcerias entre os órgãos ambientais federais e as respectivas Marinhas são fundamentais para assegurar monitoramento, pesquisa e fiscalização das UCs em ambos os países. O evento contou com a participação do Banco Mundial, do FUNBIO, que apresentou o GEF Mar, do FMCN e da Marinha brasileira.

FUNBIO está entre as 100 melhores ONGs do Brasil

O FUNBIO foi eleito uma das 100 melhores ONGs do Brasil pelo Prêmio Melhores ONGs, uma iniciativa do Instituto Doar e da Rede Filantropia.

Prêmio Melhores ONGs 2018 recebido pelo FUNBIO do Instituto Doar e da Rede Filantropia. Foto: Fabricio Teixeira/FUNBIO



Dezembro

Fundo Kayapó ganha reforço

O Fundo Kayapó é selecionado entre as mais de 1,5 mil propostas inscritas no Programa Petrobras Socioambiental e receberá recursos adicionais para ações relacionadas à gestão territorial e ambiental dos povos Kayapó.

Fundo Marinho é lançado para apoiar sustentabilidade

O Fundo Marinho é lançado em Brasília com a participação do Governo Federal, de doadores, da Marinha e do FUNBIO. Foi o primeiro passo de uma estratégia de sustentabilidade financeira para o projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas, que apoia unidades de conservação e centros de pesquisa.

Projeto Volta Verde conecta a mata em Volta Redonda

O FUNBIO assinou junto à prefeitura de Volta Redonda o projeto Volta Verde, que ampliará para 90 mil m² a extensão verde do município por meio do reflorestamento e da criação do Jardim Botânico, na Ilha de São João.

Baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*).
Foto: Enrico Marcovaldi/Instituto Baleia Jubarte



O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é uma instituição nacional privada, sem fins lucrativos, que trabalha em parceria com os setores governamental e empresarial e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade.

Desde o início das atividades, em 1996, o FUNBIO já apoiou 282 projetos que beneficiaram 233 instituições em todo o país.

Entre as principais atividades realizadas estão a gestão financeira de projetos, o desenho de mecanismos financeiros e estudos de novas fontes de recursos para a conservação, além de compras e contratações de bens e serviços.

O FUNBIO é auditado desde o primeiro ano por auditores externos independentes. Em 2013, instalou também uma auditoria interna. Todos os relatórios foram aprovados sem restrições pelos auditores externos e estão disponíveis em:



COMO TRABALHAMOS

O FUNBIO está estruturado em três áreas:



Unidade de Doações

Projetos financiados por recursos com origem em doações privadas e acordos bi e multilaterais contratados por meio do governo brasileiro.



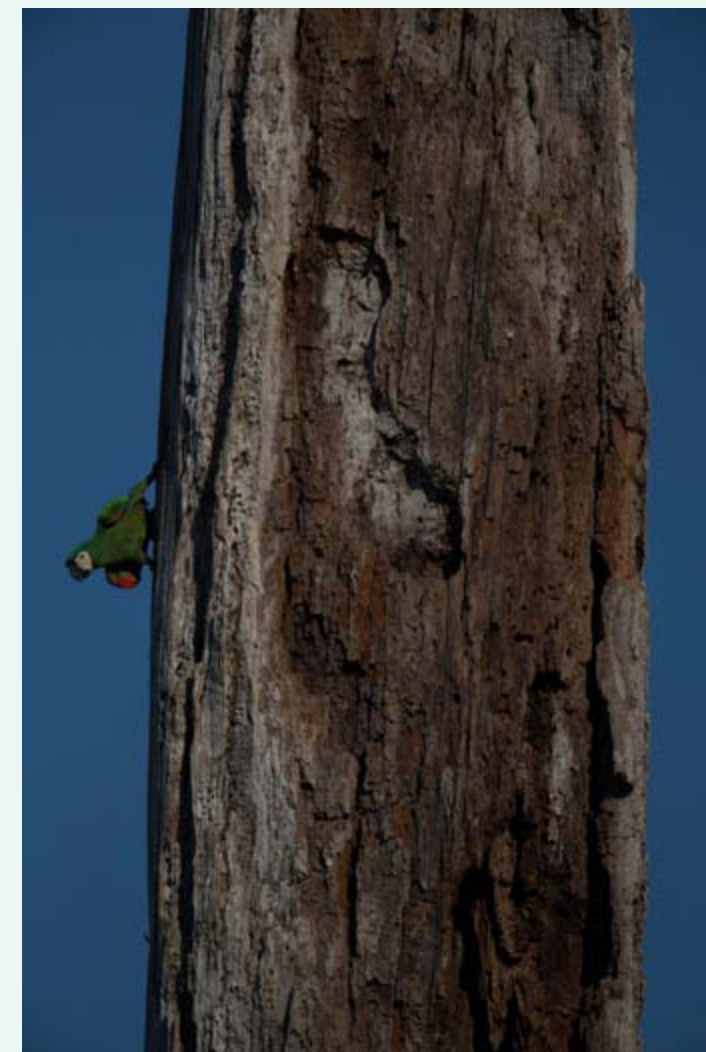
Unidade de Obrigações Legais

Projetos financiados por recursos nacionais com origem em obrigações legais do setor privado: compensações ambientais e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), entre outros.



Unidade de Projetos Especiais

Diagnóstico do ambiente financeiro e desenho de mecanismos e ferramentas que viabilizam o acesso a novas fontes financeiras.



RESEX Chico Mendes/ICMBio, AC.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

EM NÚMEROS

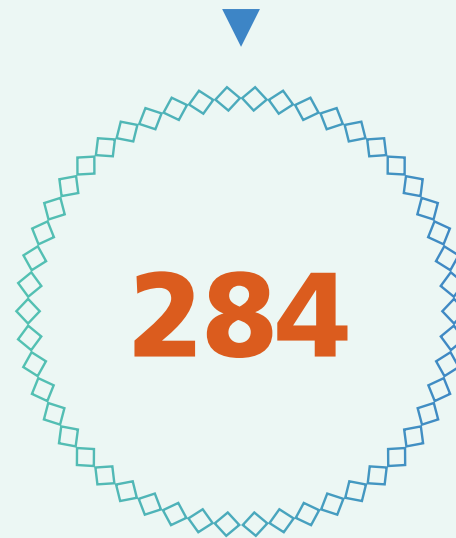
de 1996 a 2018

15

RELATÓRIO ANUAL
FUNBIO 2018



unidades de
conservação
apoiadas



projetos
apoiados

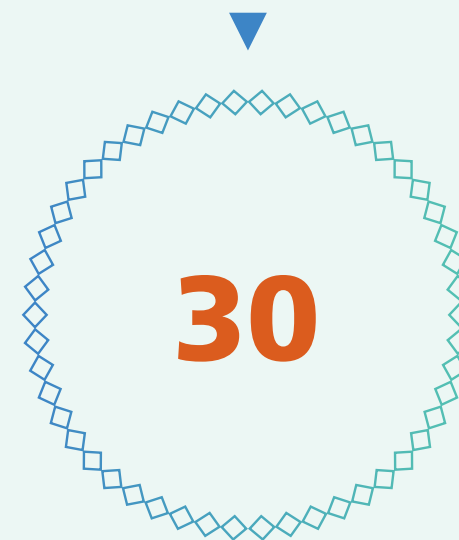


Apoio a quase

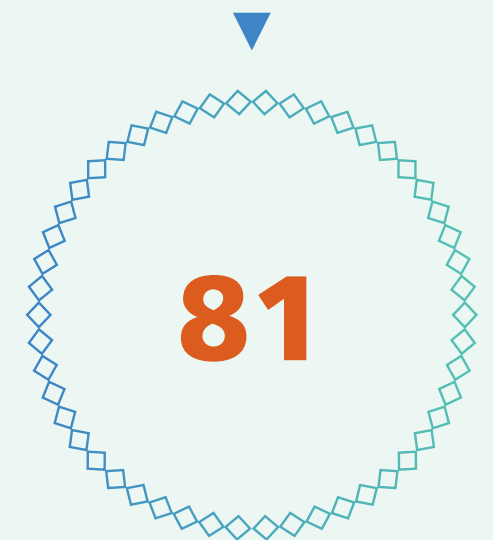
espécies
ameaçadas



instituições
apoiadas



chamadas de
projetos

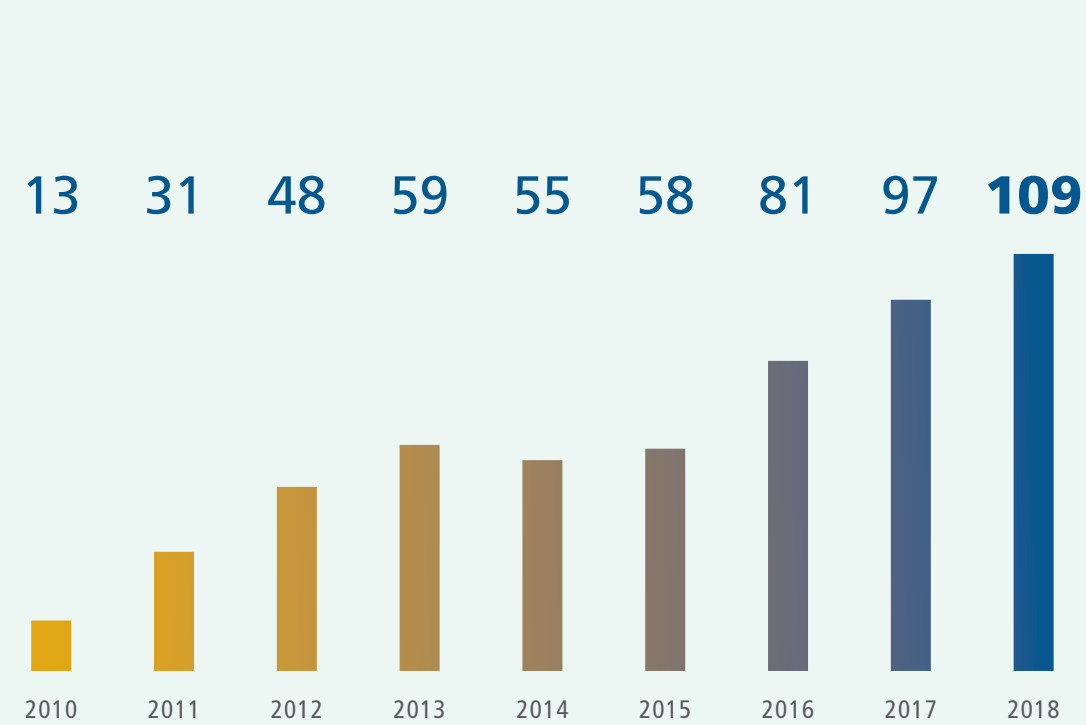


financiadores

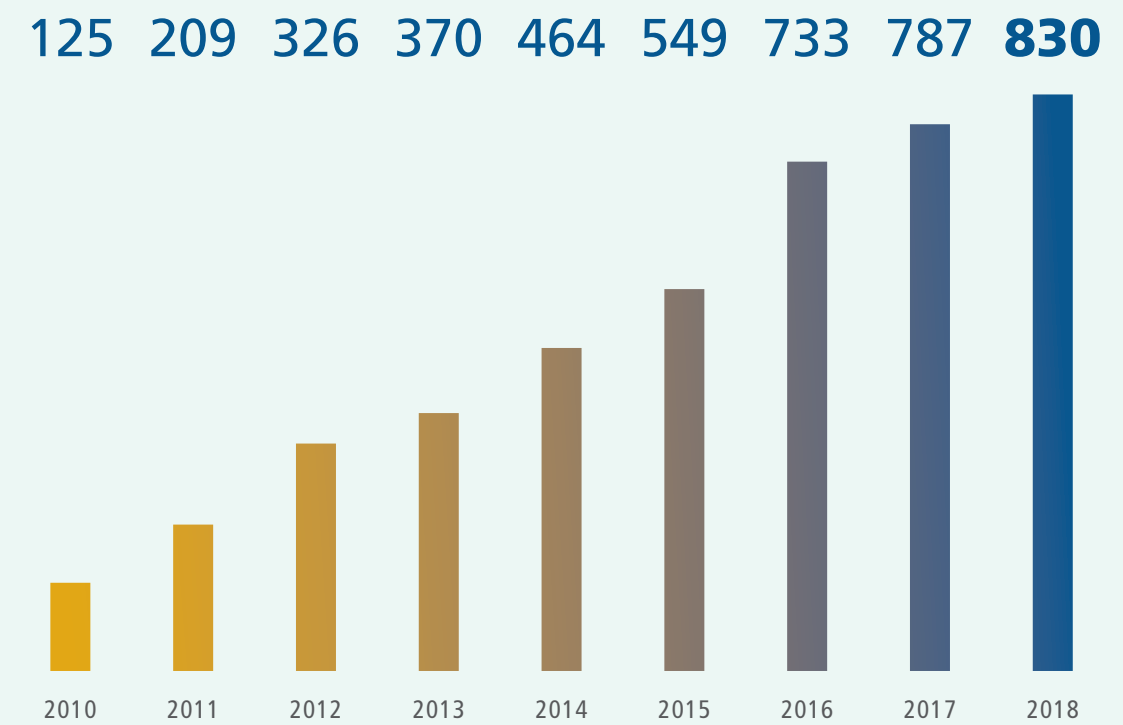
EM NÚMEROS

de 1996 a 2018

16
RELATÓRIO ANUAL
FUNBIO 2018

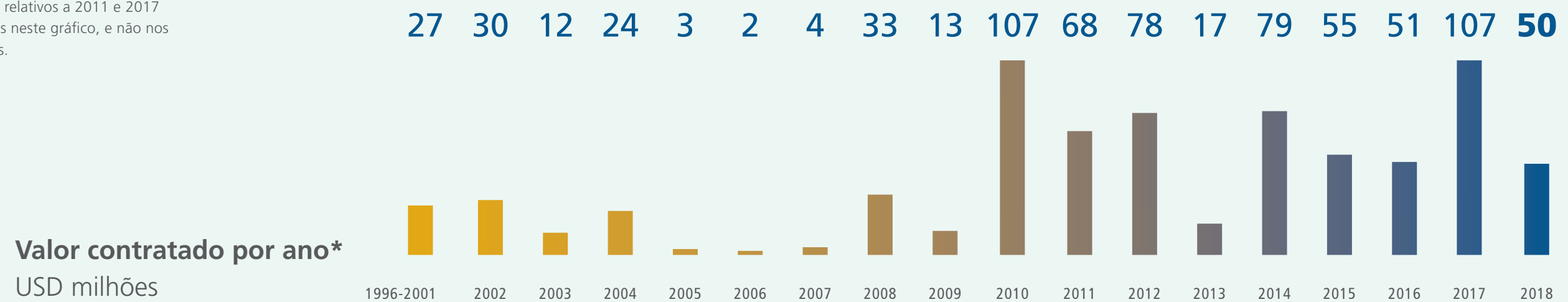


Total executado
R\$ milhões



Total de ativos sob gestão
R\$ milhões

ERRATA: Os valores relativos a 2011 e 2017 são os apresentados neste gráfico, e não nos relatórios anteriores.



Valor contratado por ano*
USD milhões

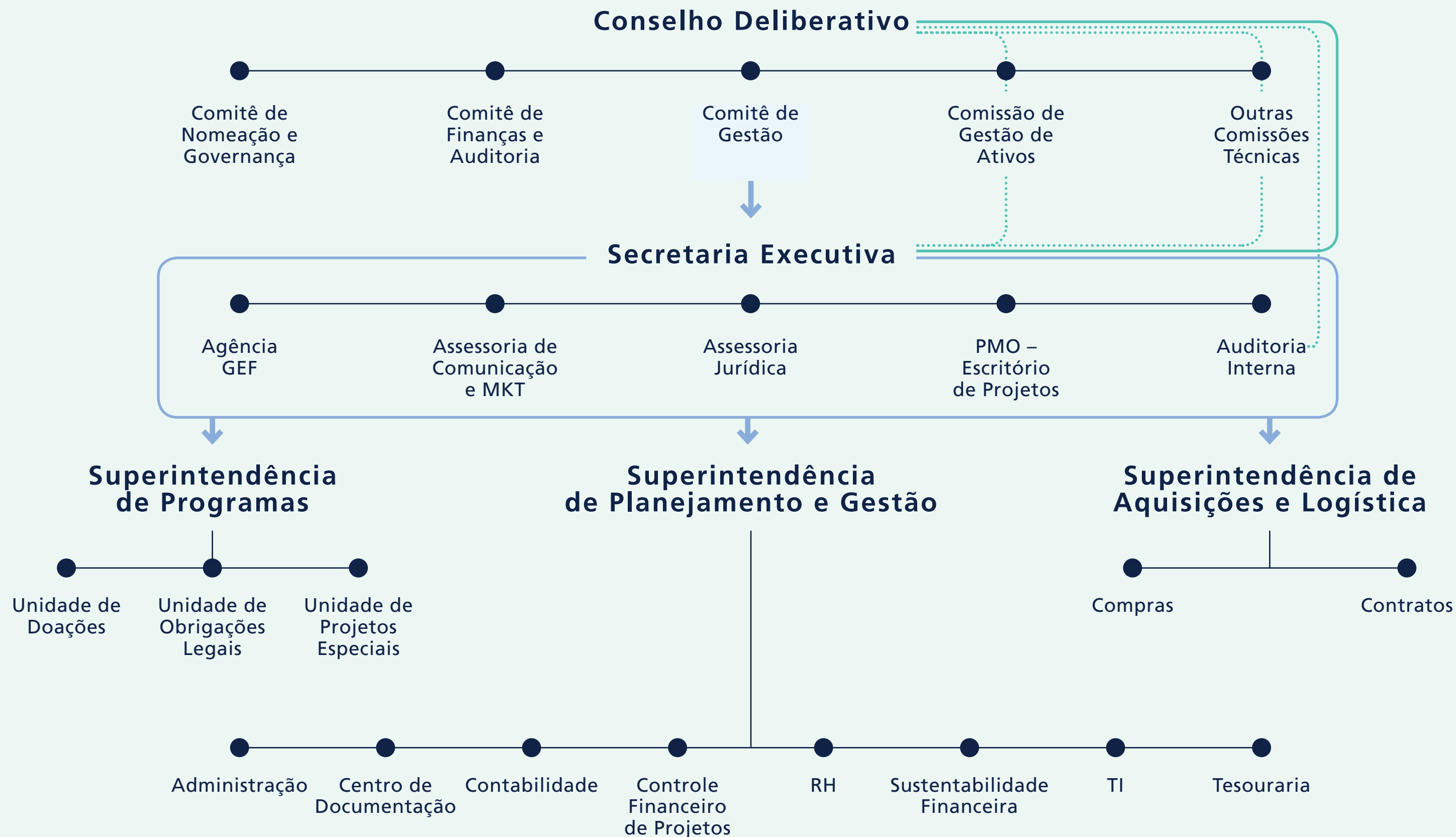
* Valor do projeto convertido para dólar (último dia do mês do contrato)

LISTA DE FINANCIADORES DE 2018

- Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- BP Brasil Ltda.
- Bundesministerium für Umwelt – BMU
- Centro Empresarial Aeroespacial Incorporadora Ltda. – C.E.A.
- Chevron Brasil Upstream Trade Ltda.
- Companhia Siderúrgica Nacional – CSN
- Conservação Internacional – CI-Brasil
- Conservation International Foundation
- Engie – GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.
- Fonds Français pour l’Environnement Mondial (FFEM)
- Forest Trends
- Fundação BioGuiné
- GITEC Consult GmbH
- Global Environment Facility – GEF
- Gordon & Betty Moore Foundation
- Instituto da Humanidade – Humanize
- KfW Bankengruppe
- Linden Trust for Conservation
- Mava Fondation pour la Nature
- Natura Cosméticos S.A.
- O Boticário Franchising Ltda.
- OGX Petróleo e Gás Participações S.A.
- Patrimonio Natural Fondo para la Biodiversidad y Áreas Protegidas
- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
- Rock World S.A.
- The Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO
- The Norwegian Ministry of Foreign Affairs
- United Nations Environment Programme – UNEP
- US Agency for International Development – USAID
- Vale S.A.
- Votorantim Industrial – VID
- World Bank – Banco Mundial
- WWF-Brasil
- WWF-US

ORGANOGRAMA

18
RELATÓRIO ANUAL
FUNBIO 2018



O Conselho Deliberativo (CD) reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial e governamental. Ele é responsável pela direção estratégica do FUNBIO.

Em 2018, José de Menezes Berenguer Neto assumiu a presidência do Conselho Deliberativo, sucedendo Álvaro de Souza.



Presidente

ÁLVARO DE SOUZA

(até abril/2018)

JOSÉ DE MENEZES BERENGUER NETO

(a partir de abril/2018)

Vice-Presidente

DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA

SETOR ACADÊMICO

DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

FABIO SCARANO

Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)

RICARDO MACHADO

Universidade de Brasília (UnB)

SERGIO BESSERMAN VIANNA

Jardim Botânico do Rio de Janeiro

SETOR AMBIENTAL

ADRIANA RAMOS

Instituto Socioambiental (ISA)

MARIA JOSÉ GONTIJO

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB)

MIGUEL SEREDIUK MILANO

Instituto Life

PAULO MOUTINHO

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

SETOR EMPRESARIAL

ÁLVARO DE SOUZA

Ads Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda.

FLAVIO RIBEIRO DE CASTRO

FSB Comunicação

JOSÉ DE MENEZES BERENGUER NETO (até abril/2018)

JP Morgan

MARIANNE VON LACHMANN

Lachmann Investimentos Ltda.

SETOR GOVERNAMENTAL

ANDREA FERREIRA PORTELA NUNES

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCELO CRUZ (até março/2018)

EDSON GONÇALVES DUARTE

(de março até maio/2018)

ROMEO MENDES DO CARMO

(de maio até dez/2018)

Ministério do Meio Ambiente

MARCELO M. DE PAULA

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

RICARDO SOAVINSKI

(até junho/2018)

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN

E CARNEIRO (de junho até dez/2018)

Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio)

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no link



[Link para Auditoria](#)



Auditoria externa

Desde o primeiro ano de atividades, O FUNBIO é auditado por empresas externas independentes. Em todos os anos, os relatórios foram aprovados sem ressalvas. As demonstrações contábeis acompanhadas pelos respectivos relatórios dos auditores independentes e de notas explicativas estão disponíveis no site do FUNBIO.



Auditoria interna

O FUNBIO conta desde 2013 com auditora interna que se aprofunda em aspectos de controle, integridade dos dados contábeis e financeiros. É um instrumento que atravessa todos os níveis da organização, desenvolve adequada relação de trabalho entre as áreas, apoia e promove melhorias nos processos. É referência para a implantação e o engajamento nas melhores práticas de governança organizacional. As demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no site do FUNBIO.

O Comitê de Ética do FUNBIO foi criado em 2013 e é constituído por quatro funcionários. O mandato dos membros é de dois anos, renováveis por mais dois. O grupo elabora o Código de Conduta Ética, que estabelece normas e é aprovado pelo Conselho Deliberativo. É responsável também pelo treinamento anual dos funcionários.

Canais para dúvidas e denúncias podem ser acessados pelo site.



Acesse o Comitê de ética

Em 2018, o Comitê de Ética do FUNBIO reuniu-se regularmente e realizou as seguintes atividades:

- ^ O treinamento anual em ética ocorreu no início de dezembro e contou com 85 funcionários dos 98 do FUNBIO na referida data, um percentual de 87%. Ele foi dividido em dois: o reforço dos conceitos e das práticas internas para funcionários que já haviam participado de treinamentos anteriores e a introdução do tema e das práticas do FUNBIO para novos funcionários.
- ^ Em 2018, foi elaborado um sistema mais robusto de acompanhamento das denúncias e dúvidas recebidas, cujo processamento passará também a ser objeto de análise da auditoria interna do FUNBIO, acrescentando uma camada extra de supervisão independente sobre o trabalho do Comitê de Ética. O sistema deverá estar totalmente operacional no primeiro trimestre de 2019.
- ^ Em 2018, houve crescimento nos casos de dúvidas de funcionários do FUNBIO, um indicador de que o trabalho preventivo do Comitê de Ética e sua função estão mais disseminados entre os funcionários.

Membros do Comitê de Ética em 2018

- ^ **ANDREA GOEB**
- ^ **FÁBIO LEITE** Coordenador
- ^ **FLAVIA NEVIANI**
- ^ **JOÃO FERRAZ**

Parque Nacional Jurueña/ICMBio, MT.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO



Parque Estadual do Cantão/Naturatins, TO.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO



Salvaguardas e políticas institucionais adotadas em 2013 estabelecem os princípios de nosso trabalho.

Clique aqui para acessá-las em nosso site



[Link para as políticas de salvaguarda](#)

Políticas de Salvaguarda Ambientais e Sociais

- Procedimentos Operacionais para Povos Indígenas
- Procedimentos Operacionais de Avaliação de Impacto Ambiental e Social
- Procedimentos Operacionais para Proteção de Hábitats Naturais
- Procedimentos Operacionais para Recursos Culturais Físicos
- Procedimentos Operacionais de Reassentamento Involuntário
- Procedimentos Operacionais para Manejo de Pragas
- Procedimentos Operacionais para Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade

Política de Integração de Gênero

O FUNBIO é a única organização da sociedade civil credenciada como agência tanto do GEF quanto do GCF no Hemisfério Sul.



Em 2018, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional implementadora do GCF, o Fundo Verde do Clima, que apoia projetos para responder às mudanças climáticas, destinando investimento em desenvolvimento de baixo carbono e resiliência climática. O FUNBIO e a Caixa Econômica Federal foram as primeiras instituições brasileiras credenciadas como agências implementadoras do GCF no Brasil.



Desde 2015, o FUNBIO é uma agência nacional implementadora do GEF, o Fundo Global para o Meio Ambiente, criado em 1992 para apoiar projetos que respondam às principais pressões ambientais no planeta. Em 2018, teve início o projeto Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies), primeira iniciativa da Agência GEF FUNBIO.



[Link para página 85](#)



RDS Amanã/SEMA-AM, AM.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

QUEM SOMOS

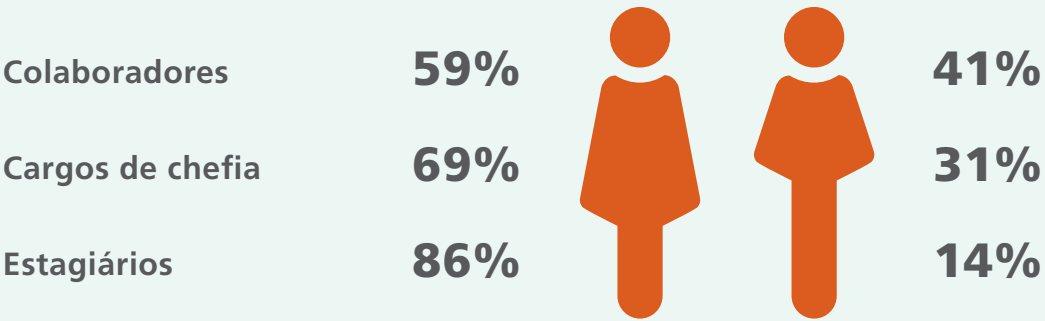
Juntos, somos uma das 100 melhores

Em 2018, o FUNBIO foi escolhido pelo Prêmio Melhores ONGs como uma das 100 melhores do país



QUEM SOMOS*

*em dezembro de 2018



Secretaria Geral
ROSA MARIA LEMOS DE SÁ Secretária-geral
ZENI PINHEIRO Assistente

Agências GEF e GCF
FÁBIO HEUSELER FERREIRA LEITE

Assessoria de Comunicação e MKT
HELIO YUTAKA HARA
Assessor de Comunicação e Marketing
Equipe
FLÁVIO SOARES RODRIGUES
SAMIRA CHAIN NASCIMENTO

Assessoria Jurídica
FLAVIA DE SOUZA NEVIANI Gerente
Equipe
MATEUS DE CASTRO ALMEIDA
[até fevereiro/2018]
PAULO MIRANDA GOMES
RAFAELA LUIZA PONTALTI GIONGO
[a partir de abril/2018]

Auditoria Interna
ALEXANDRA VIANA LEITÃO

PMO – Escritorio de Projetos
MÔNICA APARECIDA MESQUITA FERREIRA
Gerente
Equipe
OLIVIA SOARES MENDONÇA SMIDERLE
[até fevereiro/2018]
THIAGO DA FONSECA MARTINS
[a partir de fevereiro/2018]

SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS
MANOEL SERRÃO BORGES DE SAMPAIO
Superintendente

Unidade de DOAÇÕES
FERNANDA FIGUEIREDO CONSTANT
MARQUES Coordenadora
Equipe
ALEXANDRE FERRAZOLI CAMARGO
DANIELA TORRES FERREIRA LEITE
FABIO RIBEIRO SILVA
HELIZ MENEZES DA COSTA
ILANA NINA DE OLIVEIRA
MARIANA MELO GOGOLA
MAYNE ASSUNÇÃO MOREIRA
MOACYR MENDONÇA BITTENCOURT JUNIOR

[a partir de maio/2018]
NATHALIA DREYER BREITENBACH PINTO
PAULA VERGNE FERNANDES
THALES FERNANDES DO CARMO

Unidade de OBRIGAÇÕES LEGAIS
ERIKA POLVERARI FARIAS Coordenadora
Equipe
ANDRÉ AROEIRA PACHECO
JOÃO FERRAZ FERNANDES DE MELLO
LAURA PIRES PETRONI
MARY ELIZABETH LAZZARINI TEIXEIRA
NATALIA PRADO LOPES PAZ TRAVASSOS
RODOLFO CABRAL MARÇAL

Unidade de PROJETOS ESPECIAIS
LEONARDO GELUDA Coordenador
Equipe
ANDREIA DE MELLO MARTINS
ANNA BEATRIZ DE BRITO GOMES
[até março/2018]
FELIPE ESBERARD LEITE BARBIRATO
[até novembro/2018]
LEONARDO BARCELLOS DE BAKKER
MARIANA FERNANDES GOMES GALVÃO

[a partir de março/2018]
SUELEN JORGE FELIZATTO MAROSTICA
[até dezembro/2018]

SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E LOGÍSTICA
MARCELO MOREIRA DOS SANTOS
Superintendente [a partir de novembro/2018]
FERNANDA ALVES JACINTHO RODRIGUES DA SILVA Coordenadora
SUZANA AMORA RAMOS Coordenadora
[a partir de julho/2018]
Equipe
ALESSANDRO JONADY OLIVEIRA
ALLAN DA SILVA CABRAL
[a partir de dezembro/2018]
ANA LUCIA OLIVEIRA DOS SANTOS
DENISE TAVARES FERNANDES DA SILVA
[a partir de julho/2018]
FLAVIA AVELAR TEIXEIRA
[a partir de julho/2018]
FLAVIO DO SACRAMENTO MIGUEL
JOSÉ MAURO DE OLIVEIRA LIMA FILHO
KELLY CASEMIRO DE OLIVEIRA
[até outubro/2018]

LUISA BRANDT PINHEIRO DA SILVA
MARCELO BITENCOURT DA FONSECA

[até dezembro/2018]

MARCOS PEREIRA DA ROCHA

[a partir de julho/2018]

MARIA BERNADETTE DA SILVA LAMEIRA

NARA ANNE BRITO DO NASCIMENTO

VINICIUS CHAVÃO DA CUNHA DE SOUZA

VIVIANE DOS SANTOS DA SILVA

WILLIAN DOS SANTOS EDGARD

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

AYLTON COELHO Superintendente

Administração

FLÁVIA MÓL MACHADO Coordenadora

Equipe

CLÁUDIO AUGUSTO SILVINO

EVELLYN DE FREITAS LISBOA Aprendiz

[a partir de agosto/2018]

FERNANDA LUIZA SILVA DE MEDEIROS

[a partir de setembro/2018]

GUILHERME BRITO DA SILVA Aprendiz

[a partir de agosto/2018]

MARCIO DE VASCONCELOS MACIEL

MATHEUS DUARTE RAMOS

VANESSA RAVAGLIA COHEN

Centro de Documentação CEDOC

NATÁLIA CORRÊA SANTOS

PRISCILA RIBEIRO MARQUES CORRÊA

[a partir de janeiro/2018]

Contabilidade

DANIELE SOARES DOS SANTOS SEIXAS

Coordenadora

Equipe

FLAVIA FONTES DE SOUZA

JULIA LOPES CLACINO

[a partir de julho/2018]

PRISCILA PONTES DE BRITO

[até fevereiro/2018]

SUELLEN PEREIRA DE FREITAS

[a partir de março/2018]

THAIS DOS SANTOS LIMA

Controle Financeiro de Projetos

MARILENE VIERO Coordenadora

Equipe

ANA PAULA FRANÇA LOPES

BRUNO TEIXEIRA DA ROCHA

[até fevereiro/2018]

FELIPE AUGUSTO DE ARAUJO CAMELLO

FELIPE DIAS MENDES SERRA

LEANDRO DE MATTOS PONTES

LUIS FERNANDO FREITAS FARAH

[até janeiro/2018]

MAYARA DO VALLE BERNARDES DE LIMA

PRISCILA RIBEIRO LARANGEIRA FREITAS

VANESSA GUIMARÃES RIBEIRO DE BARROS

[a partir de março/2018]

VICTOR HUGO GATTO

[a partir de janeiro/2018]

VITOR DA SILVA VIEIRA

Recursos Humanos

ANDREA PEREIRA GOEB Coordenadora

Equipe

BARBARA SANTANA DA SILVA CHAGAS

HELOISA HELENA HENRIQUES

Sustentabilidade Financeira

MARINA CARLOTA AMORIM MACHADO

Gerente

Tecnologia da Informação

VINICIUS DE SOUZA BARBOSA Coordenador

Equipe

ALESSANDRO DE ASSIS DENES

CAROLINE CAVALCANTI DE OLIVEIRA

JACOBINA

DEYWID CARVALHO DUTRA

IGOR DE VERAS COUTINHO SOARES

Tesouraria

ROBERTA ALVES MARTINS

THAIS DE OLIVEIRA MEDEIROS

Estagiários

ANA MARIA RODRIGUES MARTINS

DEBORA BACELAR COSTA

[até agosto/2018]

ISABELLA REZENDE SALGADO

[até setembro/2018]

JULIA LIMA COSTA

ODARA DINIZ DA CONCEIÇÃO

PATRICIA DE SOUZA TEIXEIRA

RONNY PAULO GUIMARÃES PESSANHA

THAIS MARIANO DA SILVEIRA DE BRITO

ZILÁ VIEIRA SIMÕES



Fortalecimento comunitário em unidades de conservação

A publicação mostra o que mudou na vida das pessoas com a implementação de 23 planos de ação comunitários que contaram com o apoio do programa ARPA e resultaram no fortalecimento comunitário em unidades de conservação na Amazônia.

Programa Estadual de RPPNs – 10 anos de apoio à conservação da biodiversidade

A publicação traz o balanço de todo o trabalho realizado pelo Inea para a criação das Reservas Particulares de Patrimônio Natural. O livro teve o apoio do FUNBIO por meio do Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ).

Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras

A publicação reúne resultados de estudo sobre a contribuição e o impacto econômicos que as unidades de conservação podem ter para a economia nacional em cinco grandes temas: extrativismo e pesca, turismo e uso público, recursos hídricos e solos, carbono e ICMS ecológico.

Análise da implementação de unidades de conservação sob Influência da Rodovia BR-319

A criação de unidades de conservação no entorno da BR-319 foi uma das principais estratégias implementadas frente aos impactos socioambientais decorrentes da reconstrução e recuperação da estrada.

Os valores dos serviços ecossistêmicos dos manguezais brasileiros, instrumentos econômicos para a sua conservação e o estudo de caso do Salgado Paraense

Realizado em parceria com o FUNBIO, o estudo foi elaborado com o intuito de contribuir para a promoção de melhores incentivos para conservação e uso sustentável de manguezais nas áreas protegidas.



Link para a publicação



Link para a publicação



Link para a publicação



Link para a publicação



Link para a publicação

O Globo
05/06/2018
FUNBIO anuncia, terça, o programa Conservando o Futuro, que concederá bolsas de pesquisa de campo a mestrandos e doutorandos



O Sul
21/06/2018
BRDE, Save Brasil, FUNBIO e secretarias do RS assinam convênio para dar início ao projeto Alianza del Pastizal de produção e sustentabilidade no Pampa



Correio Braziliense
22/05/2018
Ministério anuncia projeto para proteção de biodiversidade brasileira



O Globo
22/05/2018
Fundo global investe contra extinções no Brasil



Ambiente Brasil
18/06/2018
GEF-Terrestre atuará em três biomas



Folha do Sul
22/06/2018
Governo do Estado lança projeto para conservação de campos nativos do bioma Pampa



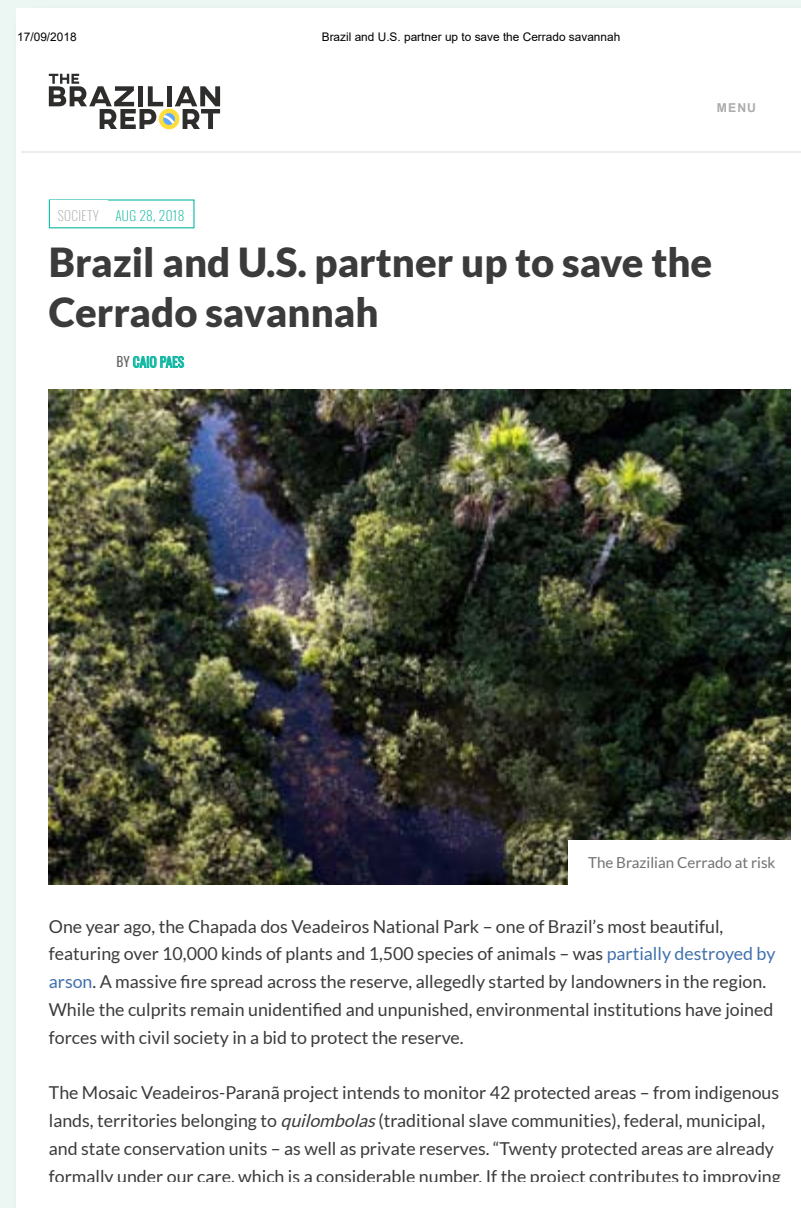
Jornal do Comércio
22/06/2018
Projeto destina R\$ 6,7 milhões para conservação do Pampa



Primeira Hora
27/07/2018
Governo de Mato Grosso define repartição de benefícios do programa REM



IstoÉ Dinheiro
19/08/2018
Parque revela restauração de mangue devastado na Baía de Guanabara



The Brazilian Report
28/08/2018
Brazil and U.S. partner up to save the Cerrado savannah

G1
29/11/2018
Brasil lança estratégia para proteção de espécies ameaçadas de extinção

Ministério da Economia
31/10/2018
Caixa e FUNBIO são primeiras instituições brasileiras aprovadas como Entidades Acreditadas ao Fundo Verde do Clima (GCF)



MULHERES NA CONSERVAÇÃO

Questões de gênero podem permear e impactar projetos de conservação. Cientes disso, e em alinhamento com políticas e práticas nacionais e internacionais, o FUNBIO adota procedimentos relacionados ao tema.

Nas próximas telas, trazemos três histórias cujo protagonismo feminino se faz presente mais uma vez: Camile Lugarini e sua equipe de mulheres que trabalham para reintroduzir a ararinha-azul na natureza; as pescadoras do Norte Fluminense em busca de reconhecimento no projeto Mulheres na Pesca; e Zelinha, a incansável gestora e guardiã da Reserva Biológica do Atol das Rocas.



Em 2014, adotamos internamente uma Política de Integração de Gênero



Somos membros do GEF Gender Partnership, grupo de agências do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) que discute e propõe ações e políticas que assegurem a equidade e a igualdade de gênero em projetos apoiados pela instituição



Participamos do grupo que desenvolveu um curso *online*, iniciativa do GEF Gender Partnership



Desde 2017, organizamos capacitações internas



A partir de 2017, nosso relatório anual passou a destacar histórias relacionadas a questões de gênero em projetos apoiados

MULHERES NA CONSERVAÇÃO

Na Caatinga, empenho na conservação

Camile Lugarini (na foto, à direita), chefe do Núcleo de Gestão Integrada do ICMBio de Juazeiro e sua equipe. Foto: ICMBio/Divulgação



“Se não perdemos nenhum [ovos e filhotes] por manipulação até o momento, eu credito à sensibilidade das mulheres.”

CAMILE LUGARINI

Recuperar uma espécie à beira da extinção e melhorar a qualidade de vida do sertanejo. Esse é o grande objetivo para o qual Camile Lugarini, coordenadora do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), vem trabalhando junto com sua equipe do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE), do ICMBio.

Formada em sua maioria por mulheres, a equipe de Camile trabalha no projeto Ararinha na Natureza, que busca reintroduzir na natureza, até 2022, a ararinha-azul, uma das espécies mais ameaçadas de extinção do mundo, segundo o ICMBio ([ver página 77](#)).

A presença das mulheres não foi pensada e aconteceu aos poucos. “No curso de formação e capacitação de voluntários, as mulheres tinham mais interesse”, conta a veterinária, que garante que uma equipe com a maioria feminina faz sim diferença.

Segundo Camile, a sensibilidade e o comprometimento são características fundamentais para o projeto e estão presentes nas integrantes de sua

equipe. “São elas que manipulam os ovos e os filhotes”, explica, “e se não perdemos nenhum por manipulação até o momento, eu credito à sensibilidade delas”.

Nem a Caatinga, um bioma árido e por isso muitas vezes percebido como hostil, assusta a equipe. Todas as integrantes têm alguma experiência no ambiente — por serem moradoras ou por terem desenvolvido trabalhos na região — e Camile garante que o respeito e as atitudes tomadas durante o trabalho fizeram que elas conquistassem seu espaço.

“Queremos ser respeitadas pessoal e profissionalmente”, afirma a coordenadora, que destaca que a aceitação e a participação da comunidade local são de extrema importância para o trabalho.

“Com poucos recursos, é difícil mobilizar a equipe em longo prazo. Temos que ter um modo de mobilização maior da sociedade para contribuir e abraçar a causa”, conta Camile, referindo-se a ajudas que o projeto recebe de voluntários.

MULHERES NA CONSERVAÇÃO

Mulheres em busca de (re)conhecimento

Integrante do projeto Mulheres na Pesca. Foto: Daniel de Oliveira



“O nosso projeto quer alertar para essa situação [das mulheres invisíveis na pesca], por meio de conhecimentos.”

SILVIA MARTINEZ

“O bem da terra é aquela que fica na beira da praia quando a gente sai.” Os versos, imortalizados por Dorival Caymmi na canção “O bem do mar”, de 1954, são poéticos, mas não representam a realidade atual da pesca no Rio de Janeiro. Hoje, as mulheres participam de uma considerável parte da cadeia de produção de pescado na região Norte do estado.

É o que reforça a professora Silvia Martinez, coordenadora do projeto Mulheres na Pesca: Mapa de Conflitos Socioambientais em Municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas. “Sempre houve mulheres na pesca, não só no Brasil. Em Portugal, por exemplo, há mulheres que saem para o mar junto com os maridos”, explica a pesquisadora. Desenvolvido na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), o projeto busca dar visibilidade às mulheres inseridas na atividade pesqueira e levar informação até elas.

Mas a realidade por aqui ainda é um pouco diferente. As mulheres que vão ao mar ainda sofrem com preconceitos e não aceitação por parte dos homens. Situações como assédio e exposição a cenários vexatórios (ter que usar os precários banheiros das embarcações é um deles) também são empecilhos para que

muitas mulheres participem da ponta da cadeia produtiva.

Por isso o projeto quer problematizar essas questões, que acabam passando despercebidas pela sociedade, por gestores de políticas públicas e pelas próprias pescadoras.

“Elas não têm essa visão de si na pesca. Nem elas se enxergam como pescadoras, não se reconhecem”, explica Martinez, que aponta outros problemas de gênero sofridos pelas mulheres, seja remuneração inferior, seja exclusão de direitos profissionais (como carteira pesca e acesso ao seguro defeso). “O nosso projeto quer alertar para essa situação, por meio da construção de conhecimentos”, complementa a professora.

Mas, reconhecendo-se ou não como pescadoras, elas ajudam no complemento da renda da família. E sonham com uma vida melhor para as futuras gerações. Silvia conta que as mães do projeto tentam fazer que as filhas não sigam seus caminhos. “Uma vez eu vi uma menina repreendendo a filha por descascar camarão junto com ela. Eu não sei se era medo de caracterizar exploração infantil ou se é por querer um futuro diferente para a menina”, explica ela.

MULHERES NA CONSERVAÇÃO

De xerife a mãezona do Atol das Rocas

Zelinha — gestora da Reserva Biológica do Atol das Rocas.
Foto: Maurizélia de Brito



“O que eu sei fazer da minha vida é cuidar do atol e eu sou muito feliz fazendo isso.”

ZELINHA

Qual é a fórmula para se manter um casamento? Tem que ter amor? Querer estar sempre junto? Zelar pelo outro? Pois o casamento de Maurizélia de Brito, a Zelinha, com o Atol das Rocas tem tudo isso. E dessa forma já dura seus 28 anos de dedicação pela primeira unidade de conservação marinha do Brasil.

Zelinha chegou ao atol em 1991, aos 25 anos. Em 1995 assumiu a chefia da reserva e nunca mais saiu. “Acho que enlouqueci com o excesso de beleza. Parecia o filme *A lagoa azul*”, relembra com encanto a primeira vez que seu pai, então delegado substituto do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a levou até o atol, ainda em 1979.

Mas o começo desse relacionamento foi difícil. Zelinha enfrentou muitos medos: de morrer afogada, de fantasmas e da escuridão da noite no atol. E os inúmeros confrontos com os pescadores. Principalmente pelo fato de ser mulher em um lugar até então predominantemente masculino. Para superar o medo, Zelinha precisou se adaptar.

“Eu fui criando personagens para conseguir encarar aquelas situações. Morria de medo, mas fingia que eu era braba, que não tinha medo nenhum”, conta a gestora, que chegou, por isso, a receber o apelido de “xerife do mar”.

Hoje, com mais de 90% da pesca ilegal reduzida na região, outros problemas precisam da atenção de Zelinha. Morando em Natal, a 267 km de seu grande amor, ela não desliga do trabalho nem na folga. Segundo ela, “todo dia é segunda-feira no atol” e é preciso tomar cuidado com problemas como saudade e depressão. Nesse momento entra a figura materna da gestora.

“Eu mantenho contato com minha equipe todo dia, três vezes ao dia. Ligo perguntando se estão bem, se alimentando direito. Se eu não ligar, eles se sentem abandonados”, revela a gestora.

E se a receita para manter a paixão viva é a novidade, o casamento de Zelinha com o atol tem tudo o que precisa para prosperar ainda mais. “Não tem um dia que eu chegue para minha equipe e diga que está igual a ontem. Cada dia aqui é único”, relata, com o mesmo entusiasmo da menina que viu o atol há 40 anos e se encantou.

Sobre a aposentadoria, ela sabe que um dia vai precisar deixar alguém em seu lugar, mas não quer nem pensar nisso agora. “O que eu sei fazer da minha vida é cuidar do atol e eu sou muito feliz fazendo isso”, afirma.

BOLSAS FUNBIO CONSERVANDO O FUTURO

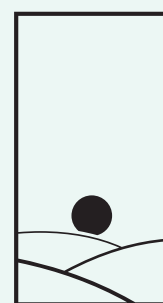
35
RELATÓRIO ANUAL
FUNBIO 2018

“As bolsas viabilizarão pesquisas de campo, de central importância para o avanço do conhecimento. O projeto está alinhado com a missão do FUNBIO de aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade.”

ROSA LEMOS DE SÁ
secretária-geral do FUNBIO

Para celebrar os 22 anos do FUNBIO e o Dia Mundial do Meio Ambiente, foi lançado em 5 de junho de 2018 o programa Bolsas FUNBIO — Conservando o Futuro, para o qual foi destinado R\$ 1 milhão. Nessa primeira edição, o programa tem como parceiro o Instituto Humanize, que contribuiu com R\$ 500 mil. O resultado foi anunciado no ano seguinte e contemplou 29 projetos.

A iniciativa apoiará pesquisas de campo, e as bolsas serão concedidas a mestrados e doutorandos em instituições reconhecidas pelo MEC. A proposta do FUNBIO é contribuir para a formação de novos líderes, que estarão à frente do trabalho de conservação no país.



BOLSAS FUNBIO
CONSERVANDO
O FUTURO

As propostas recebidas estavam relacionadas a um dos seguintes eixos temáticos:

- 1 conservação e uso sustentável da biodiversidade;
- 2 recuperação de paisagens e áreas degradadas;
- 3 conservação e manejo sustentável de fauna e flora;
- 4 gestão territorial para a proteção da biodiversidade;
- 5 mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.

O programa concede valores máximos de R\$ 20 mil (mestrado) e R\$ 40 mil (doutorado).

Bolsas FUNBIO — Conservando o Futuro lançará chamadas de projetos anualmente, para estimular a pesquisa científica e tecnológica nacional. O programa valoriza a diversidade e as bolsas considerarão todas as regiões do país.

“Acreditamos que a sustentabilidade está indissociavelmente ligada ao desenvolvimento humano. No FUNBIO encontramos um parceiro que se alinha aos nossos esforços e por isso estamos animados para lançar o programa. O meio ambiente precisa e merece um capital humano de qualidade e comprometido com a causa.”

GEORGIA PESSOA
diretora executiva do Instituto
Humanize



humanize



FUNDO BRASILEIRO PARA
A BIODIVERSIDADE
FUNBIO



ODS

BOLSAS FUNBIO

CONSERVANDO O FUTURO

36
RELATÓRIO ANUAL
FUNBIO 2018

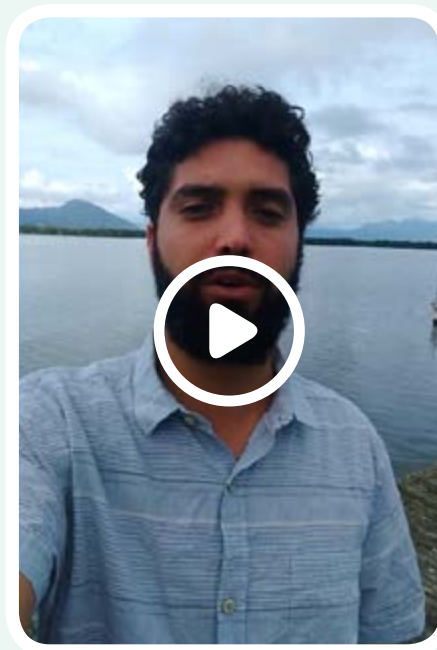


“O apoio está sendo fundamental para a realização dessa pesquisa.”

Ana Claudia Piovezan Borges

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

Estuda os possíveis impactos das mudanças climáticas no comportamento do mosquito *Aedes aegypti*

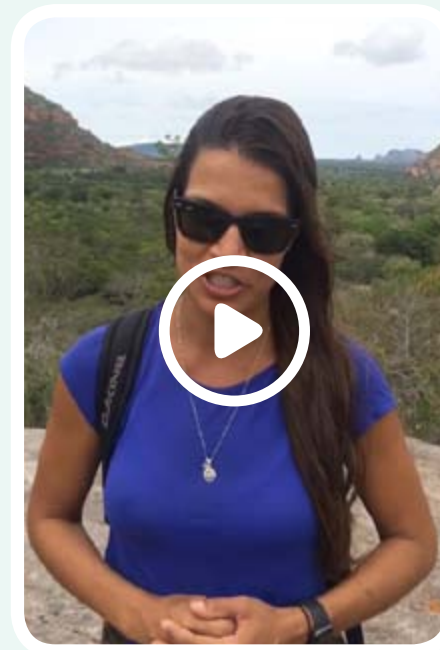


“Graças ao programa, eu vou expandir minhas pesquisas para outras reservas extrativistas.”

Guilherme Tebet

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Identifica as dificuldades no desenvolvimento sustentável nas Reservas Extrativistas

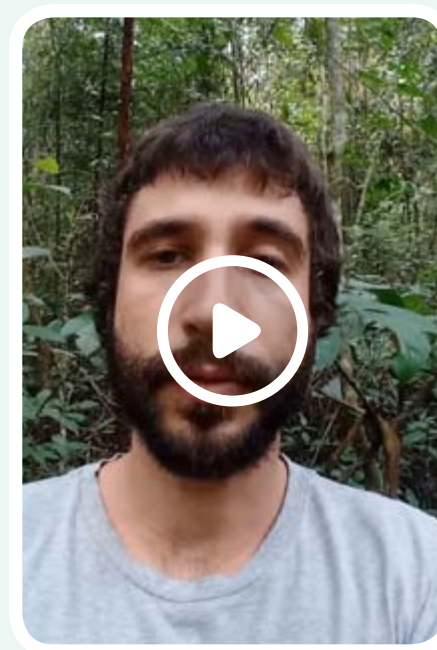


“O apoio é de extrema relevância em tempos de grandes debates acerca da conservação do meio ambiente no Brasil e no mundo.”

Daniele Kulka

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Investiga como a floresta seca da Caatinga se regenera após as interferências causadas pelo homem

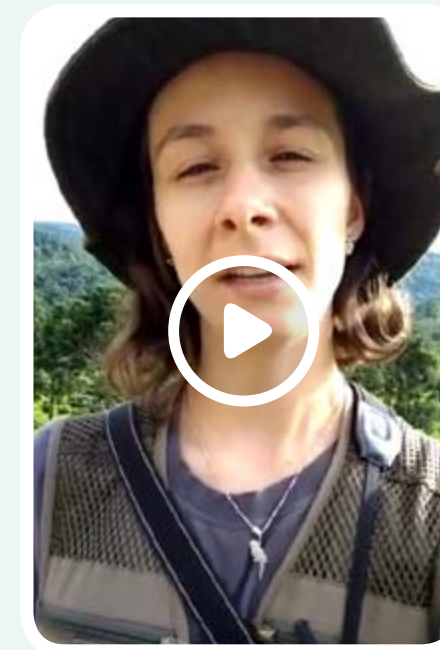


“O apoio do programa permitiu que a gente tivesse acesso a todos os recursos necessários para a condução dos trabalhos de campo.”

Matheus Mancini

Universidade Federal de Lavras – UFLA

Avalia quais os tipos de morcegos que conseguem sobreviver em paisagens modificadas pelo homem e quais os tipos mais vulneráveis a essas modificações

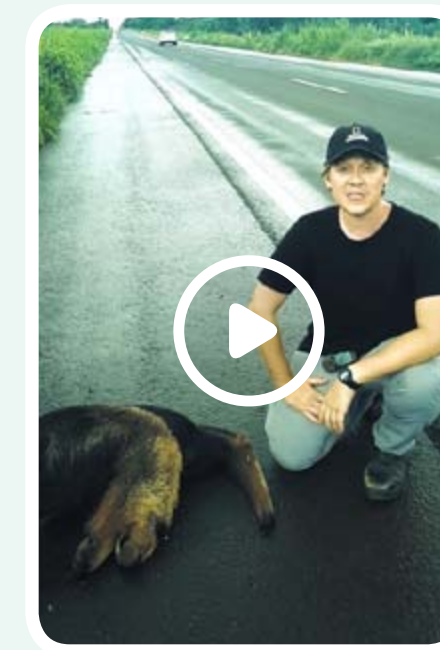


“O programa está viabilizando nossas idas a campo para fazer o censo da população de papagaio-de-peito-roxo.”

Viviane Zulian

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Estuda a abundância e a distribuição global do papagaio-de-peito-roxo



“A BR-267 é uma rodovia onde muito animais morrem atropelados todos os dias. Com o apoio do programa, nós queremos mudar esse cenário.”

Vinicius Alberici

Universidade de São Paulo – USP

Estuda os impactos das estradas nos mamíferos de médio e grande porte do Cerrado

UNIDADE DE DOAÇÕES





Abrangência:
Amazônia

Quais os maiores desafios na conservação de uma floresta? E se for a maior floresta tropical do planeta, com 4,1 milhões de quilômetros quadrados, 20% das águas fluviais da Terra e que acolhe cerca de 34 milhões de pessoas? À Floresta Amazônica se associam todos os adjetivos que signifiquem imensidão. E o programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) há mais de 15 anos vem contribuindo para suprir as necessidades desse superlativo da natureza.

Criado em 2002, o ARPA é o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo. Unindo em um arranjo de governança inovador diferentes esferas governamentais, setor empresarial e sociedade civil, tem como objetivo principal apoiar, até 2039, a conservação de 15% da Amazônia Brasileira.

No ano de 2018, a partir de uma avaliação realizada pela gerência ARPA no FUNBIO junto ao programa, identificou-se nas UCs localizadas na região de Tefé, no Amazonas, uma grande demanda pelo serviço de aluguel de embarcações. Entretanto, a obtenção de barcos regularizados e marinheiros licenciados na capitania era uma lacuna a ser resolvida. Com base nesses resultados, o programa, em parceria com a



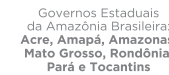
RDS Amanã/SEMA-AM, AM.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO



Por meio de:



Banco Mundial



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental, promoveu um curso de formação em marinheiro fluvial de máquinas e convés para comunitários de seis unidades de conservação (UCs) apoiadas pelo programa, localizadas na região.

Ao todo, foram capacitados 26 alunos. Essa qualificação foi positiva tanto para os comunitários, que se tornaram aptos a empregos formais como marinheiros fluviais, quanto para os gestores, que a partir de então têm mais segurança ao contratar um profissional habilitado para apoio nas ações dessas UCs.

O ARPA também realizou uma ação para orientar fornecedores do serviço de aluguel de barcos na região de Tefé quanto à necessidade de regularização de suas embarcações. Para tanto, a parceria da Capitania dos Portos montou, durante os dias de curso, um posto de atendimento para orientação de proprietários de embarcação, quanto aos trâmites necessários à regularização das embarcações. Durante esse período em Tefé, o FUNBIO aproveitou para ampliar a rede de fornecedores com a inclusão, em sua carta, de mais empresas da região aptas a fornecer o serviço, dando maior segurança e agilidade para esse tipo de contratação.

Com o objetivo de criar um banco de imagens das unidades de conservação apoiadas pelo programa ARPA, foram realizadas em 2018 expedições fotográficas que percorreram oito UCs: os Parques Nacionais (PARNA) do Monte Roraima (RR), do Viruá (RR), do Juruena (MT) e

SAMAÚMA

Outra iniciativa bem-sucedida empreendida em 2018 foi a *newsletter* SAMAÚMA. O informativo interno do programa começou a circular mensalmente em julho e traz informações sobre as atividades realizadas pelo ARPA, perfil de gestores e pesquisadores, números do programa e aspas de profissionais envolvidos na iniciativa.

Além dos gestores das UCs, também recebem a SAMAÚMA os pontos focais dos órgãos estaduais e do ICMBio, a coordenação do programa no Ministério do Meio Ambiente, os doadores e outros parceiros institucionais. Esse público somado abrange cerca de 450 pessoas.



Aristeu Teixeira

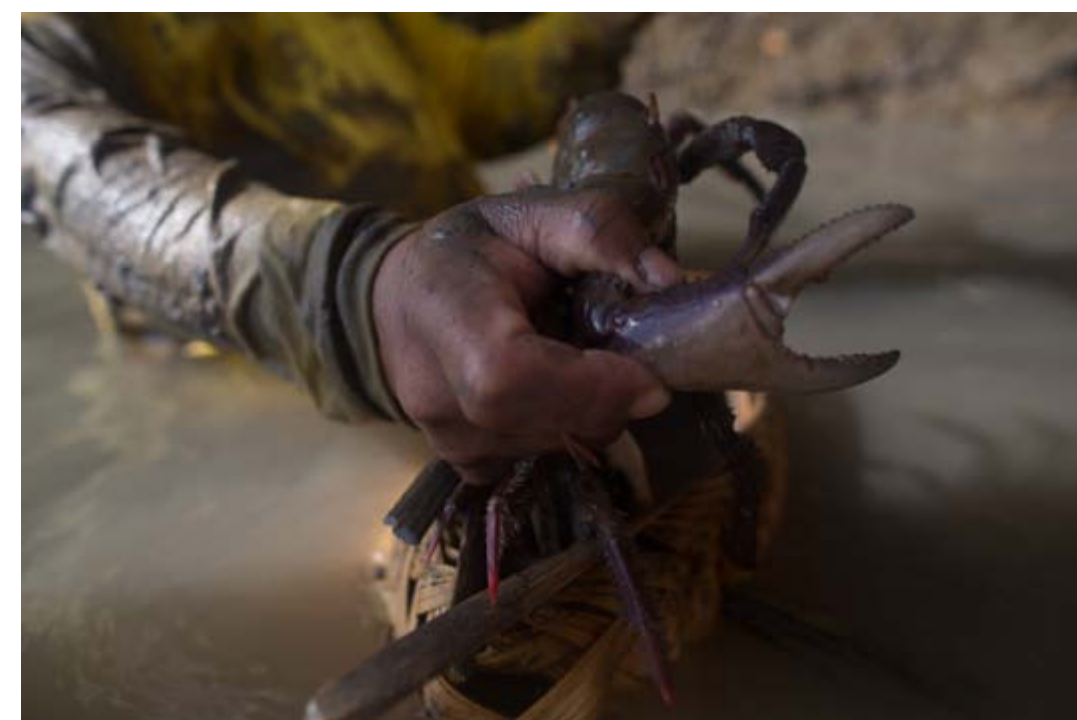
Gestor da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta, Pará

“O ARPA dá todo o suporte para que as pessoas consigam prosperar. Não sei o que seria de São João da Ponta se não fossem as fiscalizações realizadas. Foi um divisor de águas.”

Parque Nacional dos Campos
Amazônicos/ICMBio, RO.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO



Reserva Extrativista de São
João da Ponta/ICMBio, PA.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO



**Manoel Serrão**

Superintendente de Programas do FUNBIO

“O movimento que foi feito para o ARPA nunca foi feito para nenhum outro projeto no Brasil. Juntou-se tudo o que existia de mais forte em captação no mundo. Nenhuma outra política de meio ambiente enxerga até 2039.”

FASE 3

Em dezembro de 2018, foi finalizada a Fase II do programa ARPA, iniciada em 2010. Ao longo da segunda fase, o programa apoiou cerca de 30 projetos comunitários, capacitou 58 gestores e atuou na consolidação e conservação de 25 UCs. Além disso, em 31 unidades foi implementado o protocolo de monitoramento, que serve para estabelecer o acompanhamento da biodiversidade de forma padronizada, seguindo as diretrizes nacionais.

A Fase III, inaugurada em 2014, é representada pelo Fundo de Transição, mecanismo financeiro de longo prazo e de caráter privado, criado com recursos de doação de organizações brasileiras e estrangeiras.

Ele servirá como fonte de recursos para o ARPA até 2039, provendo a consolidação e a manutenção dos 60 milhões de hectares de UCs apoiadas, até o momento em que todos os custos serão assumidos pelos governos federal e estaduais. O objetivo do fundo é assegurar a conservação de 15% da Amazônia por meio da gestão das UCs criadas e mantidas pelo ARPA.



RESEX Chico Mendes/ICMBio, AC.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

Ciganas (*Opisthocomus hoazin*) no Parque Estadual do Cantão/Naturatins, TO.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

**Lourdes Iarema**

Gestora do Parque Nacional do Juruena, em Mato Grosso/Amazonas

“A receptividade e o diálogo para transpor as dificuldades é uma característica muito forte aqui dentro. O programa tem uma flexibilidade, uma capacidade adaptativa.”

117

unidades de
conservação
apoiadas

**56,6
bilhões**

valor do estoque
de carbono
conservado pelas
UCs do ARPA

**R\$ 81
milhões**

valor econômico
anual do
extrativismo nas
UCs do ARPA

dos Campos Amazônicos (RO); as Reservas Extrativistas (RESEX) Chico Mendes (AC) e São João da Ponta (PA); o Parque Estadual do Cantão (TO) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Amanã (AM). Esse banco de imagens, que representa os diversos ambientes encontrados nas UCs da Amazônia, amplia o acervo profis-

sional de material fotográfico e em vídeo do programa.

Dando continuidade à celebração dos 15 anos do programa, comemorados em 2017, em outubro de 2018 foi realizada em Brasília a oficina ARPA 15 anos: Lições Aprendidas. O evento reuniu mais de 20 profissionais que atuam ou já atuaram no ARPA, entre gestores,

doadores e representantes do governo. A oficina promoveu uma grande reflexão sobre desafios vividos e avanços alcançados pelo programa ao longo de sua trajetória. O consenso foi de que o programa possui um grande potencial para disseminar conhecimento técnico e experiências para outras iniciativas e que está em um processo de constante evolução.

As reflexões dessa oficina foram sintetizadas em um documento, a ser publicado pelo MMA, que, espera-se, possa contribuir para o planejamento dos próximos passos do programa, servir de fonte de consulta para outras iniciativas similares e ampliar o conhecimento sobre iniciativas de conservação em larga escala.

Outra conquista de 2018 foi a implementação da fase piloto do cartão combustível. O modelo para provimento de combustível para as atividades das UCs do programa, já utilizado por programas como o projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar), exigiu um grande teste antes de ser expandido para todo o programa, por conta do

tamanho e particularidade das operações da Amazônia.

A fase piloto dessa modalidade de compra de combustível foi realizada no segundo semestre de 2018, em 18 UCs do programa. A expansão para as demais UCs foi iniciada no final de 2018.



João Paulo Sotero

Em 2018, diretor de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente

“O ARPA é um grande laboratório de inovação e pode ser ainda maior: não podemos perder isto de horizonte. Precisamos levar para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) todo esse sucesso.”

Reserva Extrativista de São João da Ponta/ICMBio, PA. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO



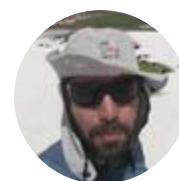
ODS

NDC



 Abrangência:
Marinho e Costeiro

Em março de 2018, com o anúncio da criação de dois mosaicos de unidades de conservação (UCs) pelo governo do Brasil, o percentual de áreas protegidas na zona costeira e marinha no país passou de 1,5% para 25%, em alinhamento com as Metas de Aichi. Acordadas pelos países membros da Convenção sobre Biodiversidade Biológica, elas objetivam deter a perda global de biodiversidade por meio de cinco grandes objetivos estratégicos. As áreas de proteção ambiental (APAs) e os monumentos naturais (MONAs) dos arquipélagos de São Pedro e São Paulo, em Pernambuco, e de Trindade e Martim Vaz, no Espírito Santo, têm grande relevância biológica: abrigam espécies endêmicas, isto é, que só ocorrem naquele local, além da maior riqueza de espécies recifais e endêmicas de todas as ilhas brasileiras e ainda uma das maiores taxas de peixes e tubarões do Atlântico Sul. O projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar) apoiou a contratação de estudos que subsidiaram a escolha das áreas.



Eduardo Macedo

Servidor na Reserva Biológica Atol das Rocas (RN) em 2018

“Hoje, o principal desafio é a continuidade da boa gestão que a unidade tem, e programas de apoio como o GEF Mar contribuem muito para isso.”



Joany Deodato

Gestora da Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (PE) em 2018

“O projeto GEF Mar vem para fortalecer os arranjos produtivos e para capacitar o nosso conselho gestor.”

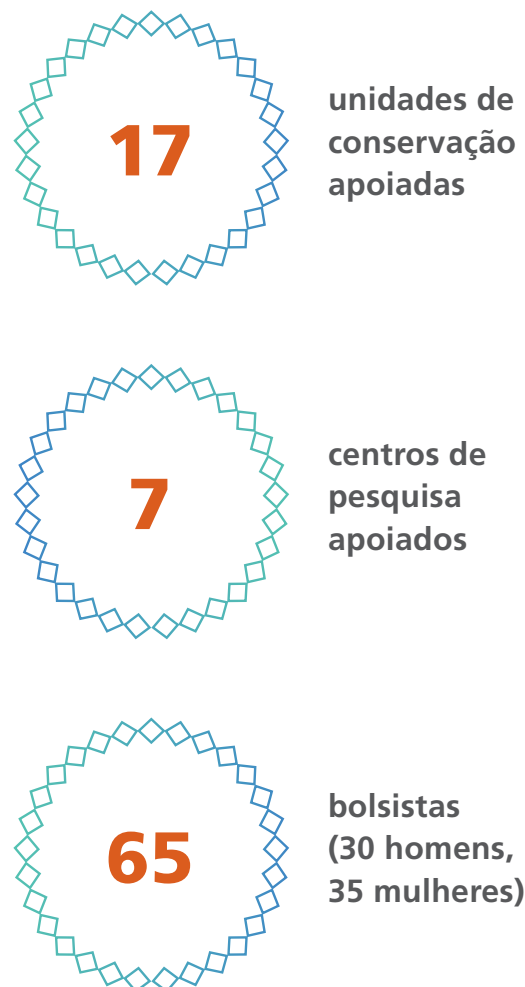


Praia do Riacho, São Miguel dos Milagres, AL.
Foto: Igor Couto



Além disso, cumprem uma função estratégica na delimitação e proteção do mar territorial brasileiro e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE). A gestão será feita conjuntamente pelo ICMBio e pela Marinha do Brasil. A parceria com a Marinha foi tema de um evento na 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP da CDB), que destacou modelos inovadores de conservação de zonas marinhas e costeiras. Representantes da Marinha, do Ministério do Meio Ambiente e do Banco Mundial participaram da apresentação, no Egito.

Essa contribuição estava entre as principais metas do projeto, que busca apoiar o estabelecimento, ampliação e implementação de um sistema globalmente significativo, representativo e eficaz de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil e identificar mecanismos para a sua sustentabilidade financeira,



CHAMADAS PARA PROJETOS COMUNITÁRIOS

Em dezembro de 2018, foi aberta uma chamada voltada para o apoio a projetos comunitários no Sul da Bahia. Nessa região, o projeto GEF Mar apoia três Reservas Extrativistas Federais (Canavieiras, Cassurubá e Corumbau), uma Área de Proteção Ambiental (APA) estadual (Ponta da Baleia Abrolhos) e o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Além do apoio — no valor total de R\$ 1,8 milhão —, as instituições beneficiadas, associações locais de pescadores artesanais e outros grupos de comunidades tradicionais serão capacitadas em regras de compras e contratações, o que, espera-se, contribuirá para seu fortalecimento institucional. Fortalecimento de ações de organização ou articulação de mulheres, formação, inclusão e empoderamento de jovens estão entre as linhas de ação obrigatórias dos projetos.



Fernando Repinaldo

Chefe do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (BA) em 2018

“O projeto GEF Mar tem contribuído e muito para a conservação e proteção. Com destaque à reforma de todo o sistema de fundeio, formação de cursos para as comunidades do entorno do parque, em especial para os profissionais envolvidos na visitação.”



Matriz PSA Oceanos

Matriz de Iniciativas Brasileiras de Pagamentos por Serviços Ambientais e Incentivos Econômicos para a Conservação no Ambiente Marinho e Costeiro

O projeto Matriz de Iniciativas Brasileiras de Pagamentos por Serviços Ambientais e Incentivos Econômicos para a Conservação no Ambiente Marinho e Costeiro nasceu de uma parceria do GEF Mar com a Forest Trends.

O objetivo do projeto, encerrado em 2018, foi mapear as iniciativas de financiamento de projetos de

conservação no ambiente marinho e costeiro. Um consultor foi contratado para esse mapeamento, que resultou na identificação e análise de 67 experiências que podem ser classificadas como PSA. Essas experiências poderão subsidiar o desenho de novas estratégias de financiamento para os projetos de conservação e uso sustentável no ambiente marinho e costeiro.



CHAMADAS PARA MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE

A zona costeira e marinha do Brasil concentra grande biodiversidade: nela vivem cerca de 1,2 mil espécies de peixes, 100 de aves marinhas e mais de 50 de mamíferos marinhos. O apoio ao monitoramento da biodiversidade é um dos eixos chave do GEF Mar: o de aves migratórias, feito pelo CEMAVE/ICMBio, permitiu, por exemplo, realizar expedições no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no Rio Grande do Sul, e o censo aéreo de todo o litoral do Amapá, atividade que será mais abrangente nos próximos anos.

Ainda em 2018, o GEF Mar contribuiu para o monitoramento de tartarugas-de-couro ou tartarugas-gigantes (*Dermochelys coriacea*), que chegam a pesar 400 quilos e são a espécie de tartaruga marinha mais ameaçada no país. O monitoramento permite identificar os locais em que estão mais suscetíveis, conhecer a área de deslocamento, a rota migratória e as praias de desova. Sabe-se, por exemplo, que fêmeas que desovam no Espírito Santo cruzam o Atlântico em direção à África. Tais informações são essenciais para subsidiar o Plano de Ação Nacional (PAN) das tartarugas marinhas.

Na Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, em Santa Catarina, foram observadas, em 2018, quase 300 baleias, após três anos seguidos de baixa incidência. O monitoramento é feito por meio de sobrevoos.



a fim de reduzir a perda de biodiversidade marinha e costeira. Além de 17 UCs federais e estaduais, de diferentes categorias de conservação, o projeto também apoia sete centros de pesquisa e um inovador programa, que em 2018 apoiou 65 bolsistas, selecionados por meio de chamadas, que realizam pesquisas nas UCs ou nos centros apoiados. Os temas incluem, entre outros, monitoramento da biodiversidade e desembarque pesqueiro.

O ano de 2018 foi marcado também por um reforço ao projeto: um aporte adicional de recursos provenientes do Termo de Compromisso entre Petrobras e Ibama, como parte da compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da empresa em relação ao descarte de água de produção.

Ainda em 2018, o Governo Federal anunciou o lançamento do Fundo Marinho,

que contribuirá para a manutenção das UCs e faz parte da estratégia de sustentabilidade financeira para as áreas protegidas. Ele assegurará a continuidade e permitirá ampliar as ações de conservação da biodiversidade marinha e costeira do GEF Mar, entre elas apoio ao monitoramento da biodiversidade, integração comunitária, estruturação das UCs e centros de pesquisa apoiados e outras atividades de gestão.

Tamandaré, PE.
Foto: Pedro Pereira.

Maçaricos-de-peito-vermelho (*Calidris canutus*) avistados no Parque Nacional Lagoa do Peixe, RS.
Foto: Danielle Paludo/CEMAVE.





Abrangência:
Mato Grosso

O programa REDD Early Movers (REM) é uma iniciativa do governo alemão que premia países ou estados que contribuem para a mitigação de mudanças climáticas por meio da conservação das florestas, aliada a uma agenda positiva que promova igualdade social. Lançado em 2012, durante a Rio+20, o REM passou a ter entre seus beneficiários, em 2017, o estado de Mato Grosso. A escolha se deu pelo fato de o estado ter reduzido em 90% o desmatamento entre 2004 e 2014.

O programa tem previsão de execução de quatro anos e condiciona os três desembolsos, que totalizam € 44 milhões, à manutenção do desmatamento abaixo de 1.788 km²/ano. O recurso tem origem em doações do banco de desenvolvimento alemão KfW e do Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS no original) da Inglaterra.



Refúgio de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia, Cuiabá, MT.
Foto: José Medeiros/GCOM MT





hectares
apoiados,
aproximadamente



famílias
beneficiadas



linhas de
apoios

Chapada dos Guimarães, MT.
Foto: José Medeiros/GCOM MT



O FUNBIO atua como gestor financeiro e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA) como gestora técnica, gerenciando e formalizando as demandas de execução dos quatro subprogramas do REM MT.

O componente Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes objetiva consolidar as políticas públicas que estão em execução no estado para garantir que o desmatamento e a degradação ambiental sejam evitados. Visa também a garantir que o estado de MT esteja preparado para aplicar a legislação, por meio de efetivo monitoramento e fiscalização.

Produção Sustentável, Inovação e Mercados é voltado para médios produtores que tenham propriedades de até 1.500 hectares voltadas para o agronegócio (pecuária, soja, milho, entre outros). A meta é garantir a conservação das atuais áreas de reserva, implementar modelos sustentáveis de produção e melhorar o manejo florestal madeireiro.

O subprograma Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais apoia, entre outros, pequenos agricultores, seringueiros, extrativistas, que prestam serviços ambientais de redução de emissões de CO₂, como reflorestamento e uso sustentável de recursos naturais.

Por meio do desenvolvimento de cadeias de valor de produtos tradicionais, capacitação em técnicas agropecuárias, agroindústria, cooperativismo, recuperação de áreas degradadas e incremento do volume de produção de vendas em cerca de 20%, a iniciativa deve beneficiar direta e indiretamente cerca de 50 mil famílias.

Outro subprograma do REM MT é o Territórios Indígenas. Voltado para o fortalecimento, protagonismo e autonomia dos povos indígenas, apoia e premia as 43 diferentes etnias que, historicamente, vêm protegendo os recursos naturais e a floresta de cerca de 14 milhões de hectares no estado.



ODS

NDC





Abrangência:
Caatinga
Cerrado
Mata Atlântica

O Tropical Forest Conservation Act (TFCA) é uma lei que viabiliza a troca de dívidas de países com os EUA por aportes em projetos ambientais para conservação de florestas. O acordo foi assinado pelo Brasil em 2010, para iniciativas no Cerrado, na Caatinga e na Mata Atlântica. O FUNBIO é o gestor da conta do TFCA no Brasil, sendo responsável pelo acompanhamento técnico-financeiro dos projetos. Em 2018, eles foram concluídos, restando apenas uma iniciativa em andamento. O final da execução está previsto para 2019, totalizando 90 projetos apoiados.

Durante o ano de 2018, o projeto Sementes Crioulas, Sementes da Vida realizou oficinas práticas e etapas de formação de jovens rurais em agroecologia. Ao longo do projeto, foram beneficiados 64 jovens, numa região que durante anos foi caracterizada pela monocultura do tabaco. Sementes crioulas é o nome dado às sementes tradicionais de produtos como milho, feijão, ervilha e batata-doce, propagadas por meio de agricultura familiar.

A iniciativa ajudou as famílias a terem autonomia no campo, utilizando a terra para



projetos apoiados de
2010 a 2019



estados alcançados



instituições apoiadas



Área de Proteção Ambiental da Serra Geral de Goiás.
Foto: Julio Itacaramby



Governo dos
Estados Unidos da América



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE





Banco de Sementes Crioulas.
Foto: ASDISC

Cestos de palha de licurizeiro.
Foto: Agendha

Joselma Brito Alves, integrante
do projeto Sertão Mulher, durante
o plantio de muda de umbu.
Foto: Rede de Mulheres
Produtoras do Pajeú



geração de renda e alimento, por meio de uma produção diversificada e ecológica. Em março de 2018, o comitê da conta aprovou um apoio extra para o projeto, no valor de 10% do total do contrato. O recurso foi utilizado na realização de um encontro para avaliação final da Ação Social Diocesana de Santa Cruz do Sul – ASDISC com os guardiões de sementes crioulas, na participação dos jovens em feiras e na aquisição de insumos para continuidade dos seus projetos.

Já o coco babaçu serve de fonte de renda para mais de 300 mil mulheres beneficiadas pela Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Dele se aproveita praticamente tudo: da polpa se faz farinha, da casca, carvão. Das amêndoas se faz óleo, sabão e leite de coco. Da palmeira se aproveita a palha para fazer cestos, as folhas para cobrir o teto das casas e o caule como adubo.

O projeto Fortalecimento das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu tem como principal objetivo consolidar a prática de produção dos derivados do babaçu por parte das mulheres comunitárias. Ao todo, o projeto beneficia 1.902 famílias e viabilizou a compra de equipamentos para os grupos produtivos das regiões atendidas. Também realizou reuniões, acompanhamento técnico das atividades e capacitações para assessoria e coordenação executiva em elaboração de projetos.

Com o Centro de Ação Comunitária (CEDAC) à frente, o projeto Fortalecendo o Agroextrativismo Sustentável no Cerrado viabilizou em 2018 ações



Manejo do fogo na Chapada dos Veadeiros, GO.
Foto: Fernando Tatagiba/ICMBio

que apoiaram a agricultura familiar local, com certificação orgânica, uso sustentável da terra e comercialização dos itens produzidos na região. Ao todo foram 45 famílias apoiadas pela iniciativa, das quais 24 já tiveram o certificado emitido.

Esse suporte permitiu às famílias participarem de iniciativas do Governo Federal, como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), que usa mecanismos de comercialização visando a favorecer a aquisição de produtos diretamente de agricultores familiares ou de suas organizações. Parte dos produtos é adquirida pelo governo para formar um estoque estratégico, distribuído à população em situação de vulnerabilidade social, e outra parte é internalizada pelas próprias organizações, para comercialização oportuna em mercados e feiras públicas.

Outra ação desenvolvida pelo projeto viabilizou às famílias o acesso à Política de Preços Mínimos

para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que estipula um preço base para produtos dos biomas brasileiros de origem não florestal madeireira, como açaí, andiroba, carnaúba, buriti, pequi, entre outros. Toda vez que um produtor rural vender seu produto abaixo do preço mínimo fixado, o projeto subsidia a diferença. Isso fortalece o desenvolvimento social e econômico desses produtores, protegendo o meio ambiente por meio do incentivo do uso sustentável dos recursos naturais.

O projeto Sertão Mulher, executado pela Associação da Rede Mulheres Produtoras do Pajeú, realizou sete capacitações em melhoria nos sistemas produtivos e controle interno de compras, estoque e finanças para as organizações participantes do projeto. Possibilitou também a implementação de viveiros, a aquisição de insumos e a contratação de um químico, responsável pelas análises e registro dos códigos de barras dos produtos.

MANEJO INTEGRADO DO FOGO NA CHAPADA

A expressão “combater fogo com fogo” é comumente usada para designar situações em que temos que adotar a mesma tática que o adversário para vencer uma disputa — ou sobreviver a ela. No caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, essa expressão assume um caráter mais literal.

A ocorrência de queimadas de origem natural é uma característica do cerrado e faz parte da dinâmica do bioma. O fogo se torna um problema quando originado por ações antrópicas, a exemplo do ocorrido em outubro de 2017. O Parque, que tem cerca de 2.400 km², teve 25% da área devastada pelo fogo, o equivalente a metade da cidade do Rio de Janeiro (65 mil hectares).

Para combater esses incêndios e proteger a biodiversidade na região, o PNCV desenvolveu um plano para implementação da estratégia de Manejo Integrado do Fogo, que, por meio de queimas controladas e outras ações, visa a conter incêndios de grande proporção e seus impactos sobre os recursos naturais.

Em 2018, a iniciativa passou a receber o apoio do TFCA, que destinou mais de R\$ 320 mil para implementação do Plano de Manejo Integrado do Fogo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

As mulheres da Rede plantaram cerca de 400 mudas de umbuzeiro, que serão utilizados futuramente na produção e comercialização de doces, sucos e umbuzada, bebida à base de umbu, leite e açúcar. Ao todo, foram 208 mulheres beneficiadas nas comunidades de Iguaraci, Curralinho, Afogados da Ingazeira, Flores e São José do Egito, em Pernambuco.

O projeto Produtos da Sociobiodiversidade do Bioma Caatinga, coordenado pela Assessoria e Gestão em Estudo da Natureza,

Desenvolvimento Humano e Agroecologia (Agendha), apoiou sete organizações, todas qualificadas para ofertar produtos sustentáveis da Caatinga para mercados institucionais, por meio dos programas PAA, PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PGPM-Bio.

Além disso, foram realizadas oito oficinas temáticas com cerca de 100 participantes. As oficinas tinham como tema o aproveitamento de espécies como caju, jenipapo, licuri e umbu na alimentação, confecção de artesanato e

produção de cosméticos e gestão institucional. Foi realizada também uma exposição, com venda dos itens produzidos na região.

O projeto CAR visava a incentivar a regularização ambiental de propriedades e posses rurais, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O Sicar já é o maior banco de dados territoriais do mundo. O instrumento funciona a partir de levantamento de informações georreferenciadas dos imóveis para traçar um mapa digital e, a partir daí, calcular valores das áreas para diagnóstico ambiental.

Em 2018, teve início a segunda etapa do projeto CAR, alinhada com o objetivo geral de melhorar a gestão da APA de Pouso Alto, visando à criação do Mosaico Veadeiros-Paraná de áreas protegidas. Foi realizada uma Oficina Participativa que teve como objetivo apresentar a proposta do projeto aos 53 participantes, que incluíram gestores do ICMBio, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SECIMA) e das sete unidades de conservação (UCs) municipais de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Iaciara e Posse.



Fazenda Sítio do Meio, Ingazeira, PE.
Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

ODS

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

5 IGUALDADE DE GÊNERO

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

15 VIDA TERRESTRE

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

NDC



Abrangência:
**Amazônia
Mata Atlântica
Pampa**

O Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II tem como objetivo estimular o cofinanciamento de subprojetos apoiados e o desenvolvimento de melhores práticas e inovações relacionadas à biodiversidade. A iniciativa mobiliza setores produtivos para que adotem princípios e práticas de conservação e uso sustentável em seus negócios em três biomas: Amazônia, Mata Atlântica e Pampa.

Em 2014, teve início o Fundo de Oportunidades, que deu continuidade ao apoio até então realizado pelo Probio II e também às ações de monitoramento de avaliação dos resultados alcançados.



Conservação da biodiversidade aliada à produção agropecuária no bioma Pampa

Durante anos, a pecuária em campos nativos sulinos encontrou um obstáculo na ausência de manejo adequado dos campos nativos e de incentivos e financiamentos sólidos e atrativos. Com isso, essa tradicional atividade foi substituída pela monocultura de grãos e pela silvicultura de espécies exóticas.

O resultado em longo prazo impacta na degradação no bioma Pampa, que compreende cerca de 2% do território nacional e conta com uma extensa diversidade de fauna e flora. Para reverter esse cenário, teve início em 2018 o projeto Conservação da Biodiversidade Aliada à Produção Agropecuária no Bioma Pampa.

A iniciativa é uma parceria entre o FUNBIO e a Alianza del Patizal, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e outros órgãos públicos e sindicatos de pecuaristas do Sul do país.

INICIATIVA DE MULHERES PECUARISTAS

O programa vem refletindo cada vez mais a presença de mulheres no agronegócio. Se quando você pensa em pecuaristas logo lhe vem à cabeça a imagem de um homem, é melhor começar a repensar esse conceito.

Apesar de não ser exatamente uma novidade a presença delas nessa posição — algumas já eram, de fato, produtoras locais —, foi com a chegada de duas técnicas do programa Pampa no ano passado que as mulheres da região começaram a se envolver mais com o projeto.

A presença da Alianza e do FUNBIO, com apoio e assistência técnica, serviu também para garantir que mais produtoras se sentissem seguras de integrar o projeto. Hoje, o programa tem 25 produtoras cadastradas entre as 153 propriedades participantes. Na região do Alegrete, a presença é ainda maior: dos nove participantes do projeto, cinco são mulheres.



BLENDDED FINANCE

O conceito de *blended finance* (financiamento misto, em tradução literal) vem ganhando cada vez mais força no cenário de financiamento ambiental. É o nome dado ao uso do capital público somado a doações filantrópicas, que são usadas na captação de investimento privado para a execução de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável. Esse tipo de financiamento já movimenta cerca de USD 2,5 trilhões por ano, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD).

No caso do programa Pampa, o BRDE entra com o recurso para a execução e o FUNBIO se encarrega de cobrir até 30% da linha de financiamento, com um teto estipulado de R\$ 4 mil por propriedade. Isso resulta em um alívio financeiro para o produtor.

Outra vantagem desse tipo de financiamento é que o apoio prestado pelo FUNBIO aos participantes do projeto proporciona toda uma rede de assistência técnica especializada. Isso traz mais segurança tanto para o produtor, que sabe que terá um amparo em eventuais necessidades, quanto para o investidor, que tem uma segurança maior do retorno de seu investimento.

No início do projeto eram 116 propriedades participantes. Até dezembro de 2018, o projeto recebeu 104 novas solicitações de produtores interessados em aderir ao programa. Desse total, 60 já passaram por visitas técnicas e somente cinco foram reprovadas por não terem o percentual necessário de campo nativo. No total, são cerca de 120 mil hectares de campos nativos beneficiados pelo projeto.

A conservação do bioma Pampa é de suma importância tanto para a biodiversidade quanto para a economia da região. Os rebanhos dos criadores apoiados pelo projeto se alimentam apenas de pasto nativo, o que segundo pesquisas melhora o sabor e a qualidade da carne. Por isso, nos leilões, esses animais conseguem um maior valor de arremate, por serem considerados uma produção orgânica.

Pecuária no Pampa.
Foto: Alexandre Ferrazoli/FUNBIO



hectares,
aproximadamente,
de campo nativo



propriedades
integrantes do
projeto



visitas
técnicas
realizadas



palestras de
divulgação do
projeto

▼ Economia da floresta

O projeto Economia da Floresta promoveu cursos de permacultura e agricultura orgânica para a criação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) nos roçados da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, no Pará. As ações são executadas pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA) e são parte do trabalho de transmissão de conhecimento para comunitários da RESEX. Elas resultam em produção diversificada, de melhor qualidade, aumentando o valor agregado da produção.

A permacultura é um sistema criado na década de 70, que mistura o saber científico com as tradições locais para criar ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza.

O FUNBIO foi parceiro da iniciativa por quatro anos e abriu caminhos para que os 16 mil moradores das comunidades da RESEX desenvolvessem a estrutura necessária para conseguir novas fontes de financiamento. Em 2018, ano de conclusão do projeto, obteve apoio do Fundo Amazônia.

As melhorias trazidas pelo projeto para as comunidades despertaram também o interesse do setor empresarial e deram início a uma série de conversas entre as partes para um acordo de comercialização de produtos locais para a indústria de cosméticos. Foi firmado também um convênio com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) para a realização do curso de engenharia florestal para moradores locais.



**cursos e
capacitações**



**participantes da
comunidade local**



Foto: Projeto Saúde e Alegria/Divulgação

▼ Cadeia Produtiva de Celulose Sustentável

O projeto Cadeia Produtiva de Celulose Sustentável objetivou a melhoria da biodiversidade e dos serviços ambientais em regiões produtoras de celulose no Espírito Santo. Dessa maneira, durante seus quatro anos de execução (2014-2018), a iniciativa promoveu sustentabilidade por meio da restauração florestal das áreas de Reserva Legal.

Em 2018, ano de conclusão do projeto, o Governo do Estado do Espírito Santo publicou, em parceria com o FUNBIO e a The Nature Conservancy (TNC), o *Atlas da Mata Atlântica do Espírito Santo*. O documento reúne dados oficiais da cobertura vegetal nativa e do uso da terra em toda a área do estado. São 25 classes de usos de solo nos períodos de 2007 a 2008 e 2012 a 2015.

O atlas está disponível para *download* no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA).



[Link para atlas](#)



ODS

NDC



Abrangência:
Caatinga
Pampa
Pantanal

Pampa, Caatinga e Pantanal são os três biomas com a menor representatividade no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com 2,9%, 9% e 4,6% de áreas protegidas, respectivamente. O programa GEF Terrestre tem como objetivo garantir a conservação desses biomas, promovendo o aumento do SNUC na região por meio da criação de novas unidades de conservação.

Em 2018, a equipe do GEF Terrestre realizou uma consulta pública para apresentar as diretrizes e salvaguardas do programa, bem como ouvir da sociedade o que tinha a acrescentar ao projeto. Em maio foi assinado o convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com isso se deu início a uma série de ações prévias para atender aos requisitos estabelecidos pela instituição.

No mês de junho, a equipe do programa se reuniu com representantes do BID em Brasília

para que o órgão apresentasse as regras, como seriam feitos os acompanhamentos e outros detalhes do convênio. A partir daquela reunião, a equipe do GEF Terrestre deu início à missão de arranque e à construção da Estrutura Analítica do Projeto (EAP).

Em setembro, mais uma vez em Brasília, foi realizada uma oficina de Planejamento de Insumos, que reuniu todos os envolvidos na execução do programa. Na ocasião foi feito o planejamento do projeto para o biênio 2019/2020. Paralelamente, a equipe desenvolveu o Manual Operacional do Projeto (MOP), realizou a abertura de conta e a análise do sistema financeiro.

Em novembro, todos os pré-requisitos para o primeiro desembolso foram cumpridos pelo programa e o desembolso foi realizado no mês de janeiro. O início de sua execução está planejado para 2019.



Fazenda Sítio do Meio, Ingazeira, PE.
Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO



FUNDO BRASILEIRO PARA
A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

GRUPO BANCO MUNDIAL



ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

GOVERNOS ESTADUAIS
DA COSTA DO BRASIL

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

BRASIL
GOVERNO FEDERAL





Abrangência:
Mata Atlântica

Para conservar os 29% da cobertura original do bioma que concentra 120 milhões de pessoas e 70% do PIB nacional, o projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica foi criado, com o objetivo de promover a implantação de medidas de melhoria na infraestrutura e restauração de áreas degradadas. A iniciativa faz parte da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável e da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima.

A Mata Atlântica conserva um universo em seu interior: são cerca de 20 mil espécies de vegetais — o que corresponde a 35% das existentes no Brasil — e uma fauna igualmente rica. São 850 espécies de aves, 370 de anfíbios, 200 de répteis, 270 de mamíferos e 350 de peixes.

Em 2018, foi aprovada a extensão do projeto, realizadas reuniões com parceiros, incluindo MMA e FUNBIO, para um treinamento visando à elaboração de um plano de manejo com base em uma metodologia do ICMBio. Além disso, o projeto promoveu uma série de oficinas, que resultaram na atualização do Mapa de Áreas Prioritárias da Mata Atlântica.

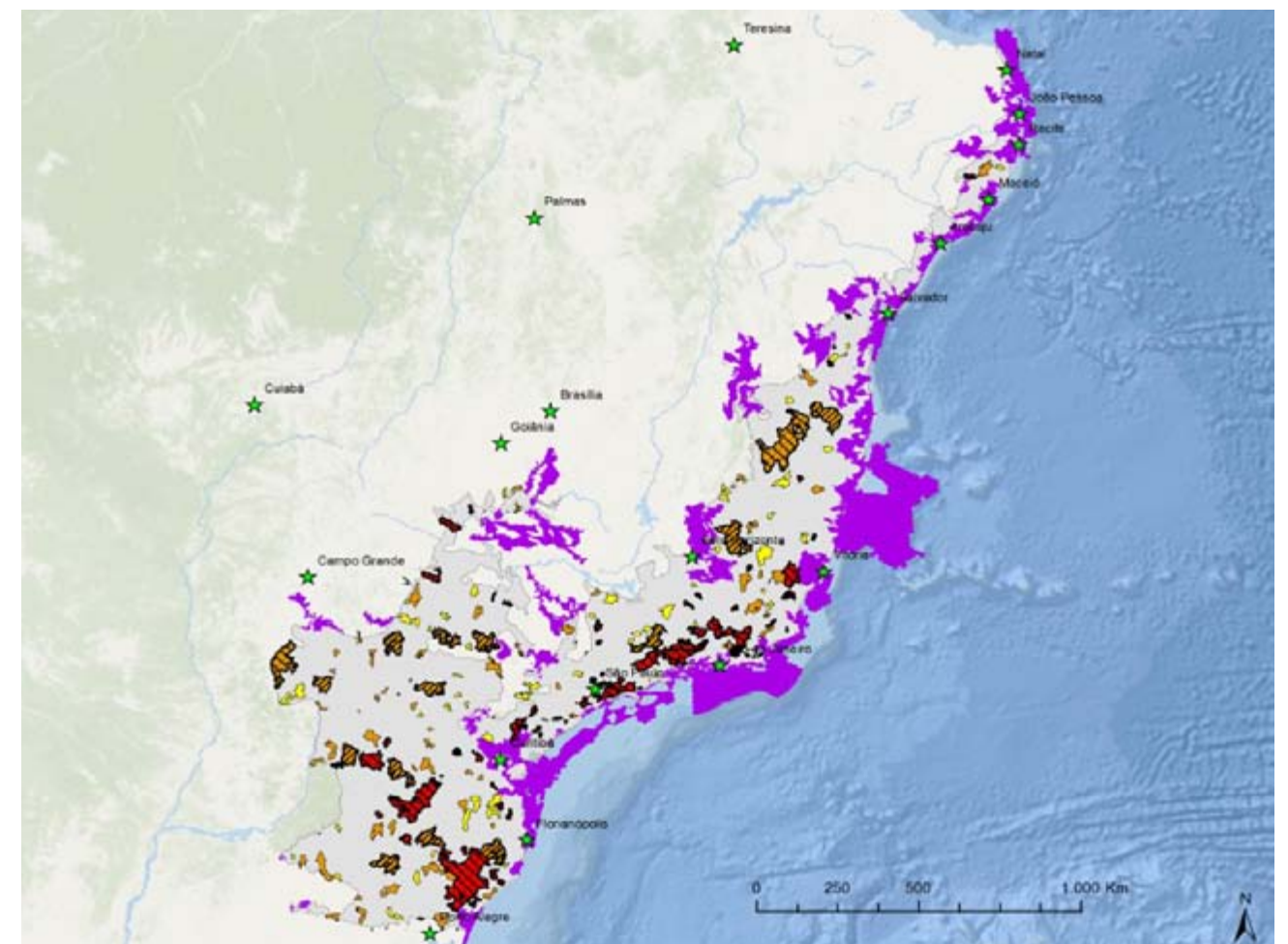


do PIB nacional



espécies vegetais

Áreas e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira



Importância biológica

- Extremamente alta
- Muito alta
- Alta
- Insuficientemente conhecida
- Áreas prioritárias em sobreposição nos biomas e na zona costeira e marinha

Prioridade de ação

- Extremamente alta
- Muito alta
- Alta



giz



KfW



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Sumário



ODS NDC



Abrangência:
**Mato Grosso
Pará**

Em 2018, o Fundo Kayapó deu continuidade ao terceiro ciclo, iniciado em 2017, e às atividades realizadas nos anos anteriores. Em resposta a uma iniciativa de captação de novos recursos para o Fundo Kayapó, o Programa Petrobrás Socioambiental selecionou, no final de 2018, um projeto de R\$ 5.79 milhões para aporte ao Fundo. Este projeto visa o fortalecimento de lideranças, sobretudo de mulheres e jovens, além da elaboração de um plano de gestão territorial indígena, o Plano de Manejo das Terras Indígenas.

O Fundo Kayapó apoia três organizações indígenas: Instituto Raoni, Instituto Kabu e Associação Floresta Protegida. Essas, por sua vez, trabalham com seis terras indígenas e têm três linhas básicas de atuação.

Aldeia Capoto, Terra Indígena Kapot/Jarinã, MT.
Foto: Edson Santini/Instituto Raoni.



FUNDO
AMAZÔNIA

CONSERVAÇÃO
INTERNACIONAL
Brasil

FUNDO BRASILEIRO PARA
A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

Sementes de cumaru (*Dipteryx odorata*).

Foto: Karina Oliveira/Instituto Raoni

R\$ **5**
milhões

captados para um
novo projeto

R\$ **900**
mil

em produtos
comercializados

A primeira linha é a de produção sustentável de provisões como castanha do Brasil (cerca de 80 toneladas em 2018), farinha (cerca de cinco toneladas no mesmo período), artesanato (cerca de sete mil peças no mesmo ano) e outros itens produzidos tanto para a subsistência quanto para a comercialização. No total, a renda com os produtos superou R\$ 900 mil.

A segunda linha é a de monitoramento das seis terras que integram o território Kayapó e que totalizam 10,6 milhões de hectares. Os próprios indígenas realizam expedições de monitoramento para identificar, por exemplo, invasões e garimpos.

A terceira linha diz respeito ao fortalecimento de lideranças. Em 2018, foram realizados em Brasília dois encontros nacionais de lideranças indígenas. Eles aconteceram em março e abril e tiveram como objetivo discutir os impactos socioambientais da construção de uma ferrovia sobre as comunidades indígenas.



ODS

UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU



Abrangência:
Mato Grosso

O projeto é uma parceria entre o FUNBIO, o Rock in Rio e o Instituto Socioambiental (ISA), e nasceu com o objetivo de plantar um milhão de árvores de espécie nativas nas cabeceiras e nascentes do Rio Xingu, no Mato Grosso. Em 2018, superou as metas estipuladas em 2016. O projeto é executado com recursos do Rock in Rio.

Os monitoramentos indicam que 3,5 milhões de árvores crescem em aproximadamente 318 hectares. Dessas, estima-se que 1,5 milhão sobreviverão a chuvas, secas, fogo e agrotóxicos e chegarão à vida adulta, atraindo de volta animais e microrganismos.

O plantio de 12 toneladas de sementes foi realizado nos dois primeiros anos de projeto, 2016 e 2017, por meio da técnica de restauração conhecida como muvuca. Ela utiliza equipamento tradicionalmente usado na agricultura para a restauração florestal, como também plantio manual (a lanço). Uma quantidade muito grande de sementes é lançada diretamente no solo e espécies com tempos de crescimento diferentes se sucedem. Enquanto no plantio convencional se consegue uma média de 1.600 árvores por hectare, usando a técnica de muvuca o número passa para 10 mil árvores/ha.

Em 2018, foi aprovado um aditivo de mais 150 mil árvores, possível graças aos recursos doados das edições de 2017 do Rock in Rio de Lisboa e do Rio de Janeiro.

1,5
milhão

de árvores,
aproximadamente

318

hectares

12

toneladas
de sementes,
aproximadamente

99

espécies
nativas

Buriti (*Mauritia flexuosa*).

Foto: Alexandre Ferrazoli/FUNBIO

Plantio de mudas.

Foto: Rede de Sementes do Xingu/Divulgação.



BFN – BIODIVERSIDADE E NUTRIÇÃO

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-estar Humano



Abrangência:
Amazônia
Caatinga
Cerrado
Mata Atlântica
Pampa
Pantanal

O camu-camu (*Myrciaria dubia*), originário da Amazônia, pode ter 30 vezes mais vitamina C do que laranjas. Apesar disso, é muito menos conhecido e seu consumo é apenas regional. Para conhecer e valorizar a produção e o consumo de frutos nativos, o projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-estar Humano (BFN – Biodiversidade e Nutrição) desenvolveu ao longo de seis anos iniciativas que incluíram publicações, cursos e bancos de dados que promovem e divulgam o consumo de alimentos da biodiversidade do país.

No Brasil, que detém a flora mais diversa do mundo, com 55 mil espécies descritas (22% do total mundial), espécies exóticas, como banana, maçã e melancia, são muito mais consumidas que as espécies nativas. Isso acontece apesar de as nacionais terem quantidade maior de nutrientes.

O projeto, concluído em 2018, analisou 78 espécies da flora brasileira.



Guavirova
(*Campomanesia xanthocarpa*).
Foto: Julceia Camillo



Pequi
(*Caryocar brasiliense*).
Foto: Lidio Coradin





RECEITA DA BIODIVERSIDADE

O livro de receitas *Biodiversidade Brasileira: sabores e aromas*, com quase 400 receitas de espécies nativas de todos os biomas do Brasil, foi finalizado em 2018 e terá a versão digital disponibilizada no site do Ministério do Meio Ambiente. Além das receitas, o leitor vai encontrar também a análise nutricional de todas as espécies inventariadas. A publicação destaca o elevado potencial de nutrição e os sabores da flora nacional.

As riquezas do Nordeste

O terceiro volume da série de cinco livros *Plantas para o futuro* foi lançado em dezembro, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, organizações governamentais, não governamentais e academia.

Essa série de livros tem como objetivo melhorar o conhecimento dos diferentes segmentos da sociedade em relação às espécies nativas da flora brasileira de maior relevância para o homem, bem como promover a sua utilização sustentável em benefício do bem-estar da sociedade. Busca-se chamar a atenção para a importância da valorização da biodiversidade nativa, não apenas como forma de ampliar as opções de uso da biodiversidade, criando oportunidades de investimento pelo setor empresarial, mas também para mostrar à sociedade a importância da conservação desse legado.

Após os dois primeiros volumes focarem nas regiões Sul e Centro-Oeste, respectivamente, a terceira edição é voltada para o Nordeste, região riquíssima em biodiversidade: o livro apresenta 154 espécies dos biomas Mata Atlântica e Caatinga, descritas em dez grupos diferentes de uso.

São apresentadas desde frutas para produção de polpa, como o caju, a acerola e a seriguela, passando pela carnaúba e o pau-brasil para extração de cera e tinta, até o cumaru, a erva-cidreira e o alecrim-pimenta, muito utilizados na medicina popular daquela região.

Cagaita
(*Eugenia dysenterica*).
Foto: Lidio Coradin



Bacuri
(*Platonia insignis*).
Foto: Julceia Camillo





novas publicações



espécies analisadas



espécies utilizadas no livro de receitas (55 espécies frutíferas e 9 hortaliças)



receitas elaboradas com espécies nativas

Educação para valorização da biodiversidade

Durante a Semana Nacional de Conscientização da Perda e Desperdício de Alimentos, em novembro de 2018, o BFN promoveu o curso Integração da Biodiversidade para Alimentação e Nutrição.

O curso visa à formação de recursos humanos capazes de integrar o uso sustentável da biodiversidade em áreas como educação (alimentação escolar), saúde e agricultura. Apresenta um referencial teórico e traz relatos de experiências bem-sucedidas.

Visa a despertar o interesse e divulgar conhecimentos sobre a importância da conservação e do uso sustentável da biodiversidade para a produção de alimentos, a melhoria da alimentação e do estado nutricional da população, a geração de renda para as comunidades, particularmente da agricultura familiar, e a preservação da cultura associada a alimentos tradicionais.

Inteiramente *online* e gratuito, o curso foi dividido em quatro módulos, com sete lições interativas em três idiomas: inglês, português e turco — a Turquia é um dos países que integram o programa. O curso está disponível no site do programa BFN.



[Link para curso](#)



Jatobá (*Hymenaea courbaril*). Foto: Lidio Coradin

Acervo de biodiversidade

Para disponibilizar informação sobre espécies nativas, o BFN finalizou em 2018, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a ferramenta Biodiversidade & Nutrição, que funciona como um banco de dados de composição nutricional da biodiversidade brasileira. A ferramenta funciona dentro do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR) e conta com 187 espécies catalogadas, do abiu (*Pouteria caimito*) à uvaia (*Eugenia pyriformis*).



[Link para banco de dados](#)





Abrangência:
Amazônia

O projeto Manguezais Amazônicos é uma iniciativa do FUNBIO em parceria com o ICMBio e tem como objetivo estabelecer um sistema de governança social para os manguezais da Amazônia e suas zonas úmidas. Isso acontece por meio do engajamento de instituições locais e comunidades tradicionais, particularmente pescadores artesanais da região. O Brasil possui a maior faixa protegida de manguezais do mundo, com cerca de 13.400 km².

Em 2018, ano de conclusão do projeto, foram realizados dois *workshops* para discutir uma proposta para a governança integrada do corredor de manguezais da Amazônia. Os eventos aconteceram em Belém e São Luís do Maranhão, reunindo aproximadamente 120 pessoas de instituições governamentais, não governamentais, universidades, institutos de pesquisa, comunidades ribeirinhas, pescadores artesanais, entre outros.



Abrangência:
Marinho e Costeiro

Finalizado em 2018, o programa Adoção de Parques objetivou viabilizar o apoio a investimentos voluntários privados em Unidades de Conservação (UCs) como parques e reservas. Em contrapartida às doações, as empresas ganham visibilidade em ações de comunicação.

O programa Adoção de Parques teve o FUNBIO como administrador dos recursos para compras, contratações especializadas, controle financeiro e relatoria. Essa modalidade de apoio foi iniciada em 2011 e ao longo desses oito anos realizou obras de infraestrutura em 8 Unidades de Conservação. No total, foram 165 mil hectares protegidos pela iniciativa.



Embaixada da Noruega



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



ODS



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



ODS

UNIDADE DE OBRIGAÇÕES LEGAIS





Abrangência:
**Estado do
Rio de Janeiro**

Desenhado pelo FUNBIO em 2009 por demanda da então Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA, hoje SEAS), o Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), apresenta um modelo único no Brasil: ele permite que os recursos de compensação ambiental sejam direcionados de modo eficiente e ágil para unidades de conservação (UCs) em todo o estado. O mecanismo, que garante celeridade e transparência ao uso de recursos de obrigações legais, pode ser replicado em outros estados.



Parque Estadual da Pedra Branca, RJ.
Foto: José Caldas/FUNBIO



inea instituto estadual
do ambiente





Em 2018, foram acionados mecanismos previstos para a diversificação das fontes de recursos do FMA, entre eles Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Na região de Barra Mansa, foi executado o projeto de reflorestamento que contou com recursos do TAC oriundos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O programa também deu início ao monitoramento da qualidade ambiental da água em diversos pontos do Rio Paraíba do Sul, novamente com recursos do TAC.

O programa executou um total de R\$ 27,8 milhões, destinados à execução de 16 contratos.

Entre os resultados expressivos de 2018 está também a regularização fundiária: o número de hectares no estado saltou de 11, no início do convênio, para 6 mil. O Rio de Janeiro, que antes não tinha áreas de reserva reconhecidas pelo Estado, agora conta com mais de 80.



Parque Estadual Cunhambebe, RJ.
Foto: José Caldas/FUNBIO



Parque Estadual Cunhambebe, RJ.
Foto: José Caldas/FUNBIO



PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro

66
RELATÓRIO ANUAL
FUNBIO 2018
Unidade de
Obrigações Legais



Abrangência:
**Estado do
Rio de Janeiro**

O Brasil é um dos 20 maiores produtores de pescado do mundo, segundo dados do Governo, e a sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) é um dos mais populares na mesa dos brasileiros. Só em 2018 foram cerca de 16 mil toneladas da espécie, que já teve no Rio de Janeiro sua maior área de captura.

O projeto Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Rio de Janeiro foi desenvolvido com o objetivo de realizar estudos e levantar dados sobre a pesca e o ambiente marinho no estado. Em 2018, o programa chegou a 16 iniciativas realizadas sobre ecologia e aspectos nutricionais e econômicos da pesca.

Em 2018, foram realizados importantes trabalhos de campo. O projeto Multisar, uma abordagem multidisciplinar sobre a sardinha-verdadeira, realizou uma viagem de 10 dias, que percorreu quase mil milhas náuticas. Durante a viagem, foram coletados dados sobre a temperatura, salinidade e fluorescência da água, organismos zooplancctônicos e avaliação de matéria orgânica, que serão usados para gerar um mapa de distribuição e estimativa de abundância de sardinha-verdadeira em área de concentração de cardume. O mapa será empregado no projeto Bioacumulação e

Cardume de olho-de-cão (*Priacanthus arenatus*) na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ.
Foto: Moysés Barbosa



MPF
Ministério Público Federal



Sumário

Uma rede de conhecimento no estado do Rio de Janeiro

-  **Análise de Otólitos e Estoques Pesqueiros** – identifica padrões de movimento e migração de populações de peixes
-  **Avaliação de Impacto Social** – avalia possíveis impactos sociais de empreendimentos petrolíferos sobre a pesca artesanal
-  **Costão Rochoso de Arraial do Cabo** – estuda o sistema recifal da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
-  **Costões Rochosos do Norte Fluminense** – estuda de modo multidisciplinar biodiversidade, ecologia e impacto dos costões rochosos
-  **Eco-Nutrição** – identifica e avalia o potencial nutricional de recursos pesqueiros hoje descartados por não terem valor comercial
-  **Mulheres na Pesca** – mapeia os conflitos e desafios de mulheres em sete comunidades pesqueiras
-  **Multipesca** – estuda os desafios da biologia pesqueira no estado do Rio de Janeiro
-  **Multisar** – estuda a distribuição e a abundância da sardinha-verdadeira e o que determina a concentração
-  **Petrosardinha** – estuda o tecido de exemplares de sardinha-verdadeira para avaliar exposição e possível contaminação
-  **PMAP Norte Fluminense** – estuda a pesca marinha e monitora atividades relacionadas à prática extrativista
-  **Projeto Bonito** – estuda a ecologia e os aspectos socioeconômicos da pesca do bonito-listrado no estado do Rio de Janeiro
-  **Projeto Coral-Sol** – aprimora métodos de manejo, educação ambiental e monitoramento dessa espécie invasora
-  **Projeto Ecorais** – avalia e monitora a saúde dos ambientes coralíneos da Armação de Búzios
-  **Recursos Pesqueiros** – avalia o impacto da pesca no ecossistema marinho do Norte do estado do Rio de Janeiro
-  **Sistemas Lagunares** – estuda os mecanismos que controlam a presença de espécies de peixes na Região dos Lagos do estado
-  **Uso Sustentável da Sardinha** – diagnóstico da pesca de cerco, população e avaliação do estoque de sardinha-verdadeira



Para saber mais sobre os projetos, acesse o link



190
bolsistas apoiados
pelo projeto,
aproximadamente



16
iniciativas
apoiadas



2
novos projetos:
Recursos Pesqueiros
e Sistemas
Lagunares



800
pessoas alcançadas
por palestras,
exposições, mostras
e seminários



Coral-sol (*Tubastraea* sp.) na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ.
Foto: Cesar Cordeiro

Exposição a Hidrocarbonetos Petrogênicos e Contaminantes Orgânicos em Pescado: estudo de caso da sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) no Estado do Rio de Janeiro.

Para analisar o impacto das atividades pesqueiras no ecossistema marinho do Norte do estado do Rio, bem como entender e descrever os principais fatores que controlam a presença de espécies de peixes na Região dos Lagos do estado, foram aprovados dois novos projetos em 2018: o primeiro é o Enfoque Ecotrófico e Socioeconômico como Ferramentas para Subsidiar Ações de Manejo dos Recursos Pesqueiros (Recursos Pesqueiros); e o segundo, Mecanismos Reguladores da Produção Pesqueira nos Sistemas Lagunares do Leste Fluminense: estado atual e cenários futuros (Sistemas Lagunares).

A pesca no Rio de Janeiro, como atividade tão importante para o desenvolvimento econômico, não fica apenas nas mãos dos homens. O projeto Mulheres na Pesca: Mapa de Conflitos Socioambientais em Municípios do Norte

Fluminense e das Baixadas Litorâneas tem como objetivo identificar e contextualizar a condição de vida das mulheres pescadoras em municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, com foco nos conflitos vinculados à condição feminina na pesca.

Em 2018, o projeto ganhou um site, que reúne notícias, informações sobre eventos do projeto, galeria de fotos e produção de artigos, livros, mostras fotográficas e apresentações para *download*. Nele também é possível encontrar um mapa interativo dos conflitos estudados, como assédios, não aceitação por parte dos pescadores homens, impossibilidade de acesso ao seguro defeso, entre outros, nos sete municípios abrangidos pelo projeto — São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Ainda em 2018, o projeto Costão Rochoso – Subsídios para o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha (RESEXMar) de Arraial do Cabo usou pela primeira vez no mar brasileiro o

PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ.
Foto: Moysés Barbosa



Budião (*Sparisoma axillare*) na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ.
Foto: Moysés Barbosa

sistema BRUVS (Câmeras Subaquáticas com Isca, do inglês). Foram 109 censos subaquáticos a 48 metros de profundidade para registrar espécies da região, inclusive algumas ameaçadas de extinção como o budião-azul (*Scarus trispinosus*) e o badejo-amarelo (*Mycteroperca interstitialis*).

Ao todo, 85 espécies de peixes foram identificadas. As filmagens serão usadas no monitoramento dos cardumes e fornecerão dados de densidade populacional para as principais espécies, incluindo as mais afetadas pela pesca. O projeto também monitorou os peixes por meio de sensores implantados nos animais.

O projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira apoiou em 2018 quatro eventos com foco na conscientização da população na conservação dos lagos e oceanos. No total, foram mais de 800 participantes, entre pesquisadores, bolsistas e estudantes da rede pública de ensino alcançados em palestras, *workshops*, exposições e seminários realizados em três cidades.

Em Macaé aconteceu a exposição “Dia Mundial dos Oceanos: o mar invadiu o NUPEM” e a palestra “Os agrotóxicos estão na mesa, nos solos, nos animais e nos mananciais”. As duas reuniram alunos da rede pública de ensino.

Na Ilha Grande, em Angra dos Reis, o Instituto Brasileiro de Biodiversidade (BrBio) realizou o evento Projeto Coral-Sol Invade o Abraão na Ilha Grande, com exposição interativa sobre história da invasão do coral-sol, uma espécie de coral originária do Pacífico, que chegou incrustado no casco de navios e desde os anos 1980 vem dominando o ecossistema brasileiro, antes ocupado por espécies nativas, como corais, algas e esponjas.

Em Búzios aconteceu o Seminário Dialoga Búzios: Subsídios para a Conservação Marinha, que reuniu biólogos e pesquisadores locais para construir e contribuir nas políticas públicas.

A realização do projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO.

CONSERVAÇÃO DA TONINHA

Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I)



Abrangência:
Espírito Santo
Paraná
Rio de Janeiro
Rio Grande do Sul
Santa Catarina

Há milhões de anos, um mamífero marinho migrou do Caribe para a América do Sul e cruzou o “mar interno” que existia no continente. Uma população se fixou no que é hoje a Amazônia e deu origem ao boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*). A outra rumou em direção à atual Bacia do Prata, a partir daí chegando ao Atlântico, e dela surgiram as toninhas (*Pontoporia blainvillei*), hoje a espécie de golfinho mais ameaçada do Brasil. Botos-cor-de-rosa amazônicos são, portanto, os únicos parentes ainda vivos das tímidas toninhas, que possuem populações minguantes devido à captura acidental em redes de pesca, poluição e perda de habitat.

O projeto Conservação da Toninha é o maior esforço coordenado já feito no Brasil sobre a espécie: apoia seis iniciativas que resultam em conhecimento inédito, entre outros, sobre tamanho da população, genética, distribuição, biologia da espécie, causas da perda.

Contribuirá para a montagem de um desafiador quebra-cabeças, que poderá subsidiar decisões importantes para o futuro das toninhas. A espécie é encontrada apenas no Brasil — do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo —, na Argentina e no Uruguai.

Em 2018, resultados preliminares do levantamento inédito da população de toninhas no Espírito Santo, feito pelo Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (GEMARS), apontam para a existência de pouco mais de 600 animais. Até agora, não havia dados disponíveis para o



Daniel Danilewicz

Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (GEMARS)

“O envolvimento emocional de todos nós é muito grande. No primeiro sobrevoo no Espírito Santo, ficamos três horas sem ver uma toninha. Eu já estava pensando: está extinta aqui. Aí vi um grupo com seis animais e isso dá uma emoção muito grande na hora!”

Toninhas (*Pontoporia blainvillei*)
na costa do Espírito Santo.
Foto: Maristela Colucci/FUNBIO



MPF
Ministério Público Federal



estado, e o número, inferior ao de todas as demais áreas onde vive a espécie, indica tratar-se de uma região prioritária para a conservação. Além disso, como há um *gap* populacional entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, acredita-se que se trata de uma população única, geneticamente isolada.

Ainda em 2018, o projeto ganhou o reforço de uma nova iniciativa, selecionada a partir de uma chamada de projetos, que focará em pesquisas nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná. Estima-se que mais de mil animais tenham morrido na primeira década do século 21, nessa região, devido à pesca accidental.

Em setembro, um primeiro seminário do projeto reuniu em Florianópolis representantes de todas as instituições apoiadas. Os projetos apresentaram resultados preliminares, numa reunião que proporcionou intenso intercâmbio de informações. Durante o encontro, foram feitas entrevistas que resultarão numa série de seis clipes sobre os projetos apoiados (clique nas imagens nesta página e assista aos vídeos).

A realização do projeto Conservação da Toninha é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO.



Eduardo Secchi

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

“A conservação da toninha é realmente um quebra-cabeça. A informação básica para estimar, para encontrar a magnitude desse problema é saber quantas há e quantas são removidas do ambiente por causas não naturais. A solução depende da junção de várias peças, sobre a biologia da espécie, sobre o fator que causa perda dessa espécie na natureza. O problema mais iminente da conservação da toninha é a pesca.”



Marta Cremer

Instituto Baleia Jubarte e Universidade da Região de Joinville (Univille)

“Tudo aquilo que as pessoas não veem, não conhecem de maneira geral... é mais difícil se sensibilizarem. O problema da toninha acontece muito longe dos nossos olhos, em alto mar. Ele acontece num lugar que ninguém vê.”



Haydée Cunha

Laboratório de Mamíferos Aquáticos (MAQUA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

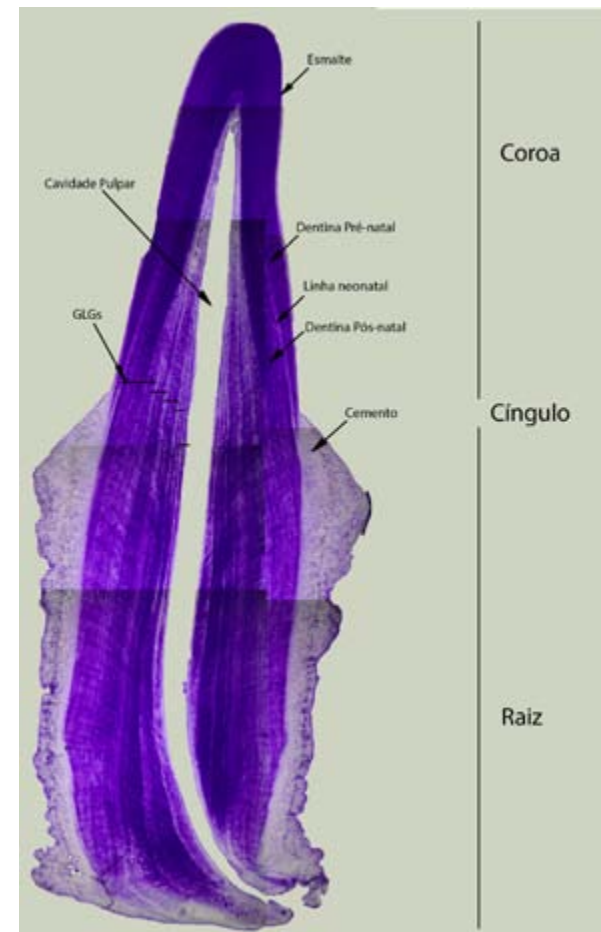
“Se as toninhas desaparecerem, seria uma perda terrível, porque elas são completamente únicas, uma linhagem evolutiva exclusiva. Não tem nada parecido com uma toninha.”

DENTES REVELAM A IDADE DOS ANIMAIS

Pequenos, com cerca de um centímetro, os mais de 200 dentes de cada toninha guardam grande número de informações sobre os animais. Assim como anéis do tronco de árvores, eles permitem conhecer a idade dos bichos. O Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores, da UERJ (MAQUA/UERJ), em parceria com o Instituto Baleia Jubarte (IBJ), a Organização Consciência Ambiental (ORCA) e a professora Silvina Botta (FURG), vem desenvolvendo análises nos dentes de carcaças das toninhas encontradas pelos pesquisadores no litoral do Espírito Santo, para obter mais informações sobre sua população.

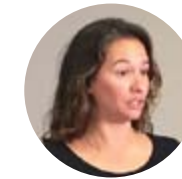
Graças à técnica, foi possível concluir que a idade média das toninhas encontradas mortas é de cinco anos, embora alguns indivíduos cheguem perto dos 20 anos. Essa pesquisa do MAQUA/UERJ revela que a mortalidade é enviesada para animais em idade reprodutiva, fundamentais para a manutenção da população.

Os dentes da toninha, após serem limpos, são mergulhados por quatro horas em formol. Depois, passam para uma solução de ácidos, por quatro horas, que amolece os dentes. Na sequência, são colocados no micrótomo, um aparelho que realiza



cortes microscópicos em amostras de material biológico. Os cortes variam de 1 a 10 micrômetros, sendo o micrômetro o equivalente à milésima parte do milímetro. Esses cortes são colocados em outras duas substâncias — hematoxilina de Meyer e glicerina — para, enfim, irem para as lâminas do microscópio.

Os dentes são, então, analisados. Para saber a idade do indivíduo, os pesquisadores analisam as linhas de crescimento localizadas no cimento dos dentes (FOTO). Cada linha corresponde a um ano de vida do espécime.



Camila Domit

Universidade Federal do Paraná

“O que acontece se as toninhas sumirem dentro do ecossistema é uma reação em cadeia, uma reação dominó: você derruba a primeira pecinha e vão cair várias outras, e você não sabe onde vai parar.”



km de sobrevoos



horas de voo

Menos de



toninhas no Brasil



toninhas no Espírito Santo

Uma longa jornada até a costa brasileira

Boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*),
Reserva de Desenvolvimento
Sustentável do Amanã/ICMBio, AM.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

Toninhas (*Pontoporia blainvillei*)
na costa do Espírito Santo.
Foto: Maristela Colucci/FUNBIO



2
Esse animal teria
tomado dois caminhos
diferentes.

4
A outra, que deu
origem à toninha,
teria ficado restrita
aos afluentes do Rio
da Prata e colonizado
o Atlântico, tanto
em direção ao Norte,
até o Espírito Santo,
quanto ao Sul, até a
Patagônia.

1
A hipótese mais aceita
é de que um cetáceo
ancestral teria entrado
na América do Sul
vindo do Caribe,
entre 13 milhões e 18
milhões de anos atrás.

3
Um dos grupos ficou
restrito à região onde
hoje está localizada
a Bacia Amazônica,
que fazia parte de um
mar continental, ligado
aos oceanos através
de estreitos. Com a
regressão do mar, esse
grupo deu origem ao
boto-cor-de-rosa.



APOIO A UCS

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo



Abrangência:
Rio de Janeiro
São Paulo

Em 2018, o projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo deu início às aquisições e contratações solicitadas pelas UCs.

Ao longo de 2018, o FUNBIO apoiou a realização de seis oficinas conduzidas por analistas ambientais lotados no Rio de Janeiro, com a presença de membros de 23 instituições locais, como a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), Instituto Brasileiro de Biodiversidade (BRBio), Instituto do Meio Ambiente (INEA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre outras.

As oficinas tinham como objetivo elaborar o Plano de Manejo do Monumento Natural das Ilhas Cagarras, que constitui um santuário de biodiversidade localizado a apenas cinco quilômetros de Ipanema. O plano foi aprovado pelo Conselho Consultivo da Unidade em novembro.

A realização do projeto Apoio a UCs é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO.



**unidades de
conservação
apoiadas**



**oficinas de
elaboração do
plano de manejo**



**instituições locais
participantes**

Monumento Natural do Arquipélago
das Ilhas Cagarras/ICMBio, RJ.
Fotos: Fernando Moraes/MNRJ



MPF
Ministério Público Federal



EDUCAÇÃO AMBIENTAL RIO DE JANEIRO

Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda Voltados para a Qualidade Ambiental das Comunidades Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro



Abrangência:
Rio de Janeiro

O projeto Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda Voltados para a Qualidade Ambiental das Comunidades Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro tem como objetivo executar diagnósticos socioeconômicos e projetos de fortalecimento comunitário, educação de renda e melhoria da qualidade ambiental.

Em 2018, foi realizado um levantamento para identificar as lacunas e potencialidades dos Projetos de Educação Ambiental (PEAs) e dos Planos de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAPs) em três regiões do estado do Rio de Janeiro: Baía de Guanabara, Região dos Lagos e Norte Fluminense.

Esse levantamento é a fase inicial do planejamento. A partir dele, serão definidas as linhas de atuação e, posteriormente, lançadas chamadas de projetos com ênfase na geração de trabalho e renda para comunidades pesqueiras artesanais do estado. O projeto, entre outras atividades, apoiará diagnósticos socioeconômicos, o fortalecimento comunitário e a educação ambiental.

A realização do projeto Educação Ambiental Rio de Janeiro é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO.



ODS

CRAS RIO DE JANEIRO

Implantação e Manutenção de um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres no Estado do Rio de Janeiro



Abrangência:
Rio de Janeiro

O projeto Implantação e Manutenção de um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) no Estado do Rio de Janeiro está em fase de reestruturação.

A realização do projeto CRAS Rio de Janeiro é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).



MPF
Ministério Público Federal



ODS

Projeto de Compensação Ambiental em Pecúnia para Empreendimento da Aeroval no Município de Caçapava/SP



Abrangência:
Volta Redonda

Apenas 11% da vegetação natural da Mata Atlântica resiste na região do Médio Vale do Paraíba do Sul, segundo dados da Fundação SOS Mata Atlântica. O programa Volta Verde foi criado com o objetivo de ampliar a área de vegetação nativa no município de Volta Redonda, por meio de recursos vindos de Termos de Ajustamento de Conduta.

O objetivo principal do programa é a criação do Jardim Botânico de Volta Redonda na ilha fluvial de São João, localizada no bairro Voldac, Zona Norte da cidade. Além dele, estão incluídos no projeto a restauração florestal de 20 hectares de Área de Preservação Permanente (APP), uma arborização funcional e a criação de corredores de árvores nativas em espaços públicos para ligar fragmentos de florestas.

Estima-se que a conexão entre esses fragmentos facilitará o fluxo de genes de pássaros, insetos e pequenos mamíferos da região. O programa foi assinado em dezembro de 2018 e aguarda o recebimento de recursos para dar início a suas atividades.

Os recursos têm origem um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) firmado pelo MPF, MPERJ, Prefeitura de Volta Redonda e o FUNBIO.



Abrangência:
Caçapava

O objetivo do projeto é direcionar o valor de R\$ 1,1 milhão decorrente de um Termo de Acordo Judicial (TAJ) para ações no município de Caçapava, em São Paulo. As ações consistem na elaboração de planos de manejo e instalação e manutenção de placas de sinalização em duas unidades de conservação (UCs) do município: Área de Proteção Ambiental da Serra do Palmital e Refúgio da Vida Silvestre da Mata da Represa.

Em 2018, foram finalizados os planos de manejo dessas UCs, projetos que tiveram início em 2016.

ODS



NDC



Sumário

ODS



ARARINHA NA NATUREZA



Abrangência:
Caatinga



**ararinhas-azuis
nascidas em 2018**



**exemplares no
mundo**



**exemplares no
Brasil**



**exemplares serão
repatriados**



**hectares para a
reintrodução da espécie**

O projeto Ararinha na Natureza objetiva reintroduzir na natureza, até 2022, a ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), uma das espécies mais ameaçadas de extinção do mundo, segundo o ICMBio. Em 2018, duas unidades de conservação foram criadas exclusivamente em prol da espécie: a Área de Proteção Ambiental (APA) da Ararinha-Azul, em Curaçá, na Bahia, e o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) da Ararinha-Azul, em Juazeiro, no mesmo estado.

Ao todo serão 120 mil hectares de Caatinga protegidos, contribuindo para a melhoria da qualidade da Bacia do Rio São Francisco por meio da recuperação da mata ciliar e da Caatinga. A recuperação dessa vegetação diminui as partículas e areia que irão desaguar no São Francisco, reduzindo o processo de assoreamento do rio.

Dentro do REVIS está sendo construído o Centro de Reprodução e Reintrodução da Ararinha-Azul. A obra recebeu o financiamento do Jurong

Bird Park, um santuário de pássaros localizado em Cingapura, em que vivem dois exemplares da ararinha-azul. A previsão é que as obras terminem em meados de 2019.

Em junho de 2018, o governo brasileiro assinou um acordo internacional para repatriar 50 ararinhas-azuis. Os espécimes estão sendo mantidos pela Association for the Conservation of Threatened Parrots (ACTP), na Alemanha, de onde serão enviados para o Brasil. A organização já havia recebido em abril 114 ararinhas da Al Wabra Wildlife Preservation, no Catar, até então um dos maiores criadouros da espécie.

Também no ano passado, foi contratada uma consultoria por meio do Instituto Arara Azul para capacitar 24 estudantes e comunitários em atividades de pesquisa e educação ambiental. O objetivo é que a própria comunidade colabore para a conservação da espécie quando ela for reintroduzida em seu hábitat original.



Ararinhas-azuis (*Cyanopsitta spixii*) em cativeiro.
Foto: Camile Lugarini/ICMBio



MPF
Ministério Público Federal



ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



UNIDADE DE PROJETOS ESPECIAIS



PROJETO K

Projeto Conhecimento para Ação



Abrangência:
África
América Latina
Caribe

O Projeto K (Knowledge for Action; Conhecimento para Ação) foi criado para fortalecer os fundos ambientais da Rede de Fundos da América Latina e Caribe (RedLAC) e do Consórcio de Fundos Ambientais Africanos (CAFÉ) em suas operações e na criação e adoção de mecanismos financeiros inovadores, de maneira que reduzam a dependência de fontes convencionais e diversifiquem a origem dos recursos. Juntas, as duas redes reúnem 42 fundos: 24 na região da América Latina e Caribe e 18 na África.

Essa iniciativa se dá por meio de oficinas de capacitação, mentorias entre os fundos ambientais e apoio de consultorias especializadas em grupos de trabalho — como de monitoramento e sustentabilidade financeira. Tudo com foco na troca de conhecimento entre os fundos e fortalecimento das redes.

No total, o projeto conta com USD 2,7 mil* garantidos pelo Fonds Français pour l'Environnement Mondial (FFEM), Mava Fondation pour la Nature e GEF.

Em 2018, foram concluídos seis projetos pilotos selecionados no Brasil, Peru, Costa Rica, Malawi, Camarões e Moçambique. Todos os fundos já submeteram seus estudos de caso à coordenação do projeto. Após serem diagramados e traduzidos, todos os estudos e apostilas produzidos durante o

* Valor do projeto convertido para dólar (último dia do mês do contrato)

Projeto Banana Orgânica Carbono Neutro, no Peru. Uma das iniciativas apoiadas pelo Projeto K.
Foto: Projeto K/Divulgação



Plantio de muda, parte do mecanismo de compensação da biodiversidade, em Moçambique.
Foto: Projeto K/Divulgação



13
projetos de
mentoria e
inovação

em



17
países da América
Latina, do Caribe
e da África



café



INOVAÇÃO FLORESTAL

O projeto Inovação Florestal foi uma das seis iniciativas selecionadas para receber apoio do componente de inovação do Projeto K, no valor de USD 200 mil. A iniciativa consistiu no desenvolvimento de uma plataforma de financiamento de longo prazo para projetos de intervenção territorial em que o setor privado já tenha forte atuação.

A plataforma é baseada em múltiplos mecanismos financeiros, com objetivos e fontes de financiamento diferentes, mas que se complementem e se maximizem em termos de alcance de resultados e temporalidade de atuação.

Ela viabilizaria o melhor uso do fluxo de recursos e maximizaria os impactos positivos nesses territórios, por meio do financiamento de um portfólio de projetos direcionado à sustentabilidade local.

Em 2018, Inovação Florestal foi apresentado na 20ª Assembleia da RedLAC, na Bolívia.

projeto serão disponibilizados na Plataforma de Conhecimento dentro do site da RedLAC.

Também foi realizada no ano passado uma série de mentorias entre os fundos. Foram 18, divididas em sete pares, e uma mentoria de grupo, para trocarem experiências e ensinamentos sobre os processos que fazem parte de suas rotinas.

O Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Financeira das Redes, com o apoio de uma consultoria, elaborou o diagnóstico e a estratégia de sustentabilidade financeira para

as duas redes. Esses documentos subsidiaram o Plano de Marketing, que inclui os materiais de comunicação e atividades que serão desenvolvidos no início de 2019.

Além disso, foi criado um grupo de trabalho de monitoramento e avaliação, que se reuniu durante as assembleias de ambas as redes, para discutir a estratégia de monitoramento de impacto para os fundos ambientais, incluindo a criação de indicadores institucionais. Também buscando mensurar impacto, dessa vez das redes (RedLAC e CAFÉ), foi atualizado o estudo contendo indicadores institucionais, de impacto

e organizacionais, que realizam essa análise a partir da atuação das redes.

O ano marcou também a criação da plataforma de conhecimento da RedLAC e da CAFÉ, dentro do site da RedLAC. A plataforma entrará no ar em abril de 2019 e nela será possível consultar materiais produzidos pelos fundos membros.

O projeto, que será finalizado em abril de 2019, também financiou a elaboração e a revisão dos planos estratégicos da rede CAFÉ.



Café produzido por meio de programa de adaptação a mudanças climáticas voltado a pequenas e médias empresas na Costa Rica. Foto: Projeto K/Divulgação



Apresentação do projeto Inovação Florestal, em Rondônia. Foto: Projeto K/Divulgação



Abrangência:
Moçambique

Moçambique é um país de vastos recursos naturais, com regiões ecológicas consideradas de importância global, como a segunda maior extensão de manguezais da África. As áreas protegidas do país somam aproximadamente 26% do território nacional, com 19 parques e reservas nacionais. Para preservar essa rica biodiversidade, foi criada em 2011 a Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND).

Parceira do FUNBIO desde 2014, a BIOFUND é o primeiro fundo ambiental do continente africano. Em 2018, o FUNBIO deu continuidade aos processos de capacitação e mentoria da instituição, por meio de mapeamento de processos, desenvolvimento de ferramentas para o cálculo de demanda de pessoal, elaboração de um manual operacional para gestores das

áreas protegidas e estruturação do modelo de monitoramento de projetos da instituição.

Nessa segunda fase do programa, encerrada em 2018 (a primeira aconteceu de 2016 a 2017), o foco foi a realização de um levantamento administrativo e o desenho do modelo de monitoramento de projetos da BIOFUND. Para fortalecer o intercâmbio, um grupo de representantes de África do Sul, Botswana, Moçambique, Angola e Tanzânia veio ao Brasil conhecer o trabalho apoiado pelo FUNBIO, as parcerias existentes com o governo e a sociedade civil organizada, bem como os múltiplos modelos de gestão das unidades de conservação do ICMBio. O grupo conheceu a APA Guapimirim, a Resex Arraial do Cabo e o Parque Nacional da Tijuca, localizados no estado do Rio de Janeiro, e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás.



Luis Bernardo Honwana

Diretor Executivo BIOFUND

“É por via dessa ligação com o FUNBIO que alargamos o nosso conhecimento com instituições brasileiras ligadas à conservação, como o próprio ICMBio. É também pela mão dos nossos colegas do FUNBIO que entramos no universo da conservação e nos tornamos partícipes do rico património de experiências que as CTFs amalharam nos últimos 30 anos.”



Pelicano (*Pelecanus* sp.) fotografado em Moçambique.
Foto: Suelen Marostica/FUNBIO



KFW



PROJETO COLÔMBIA

Estratégia Financeira para as Áreas Protegidas na Colômbia



Abrangência:
Colômbia

A experiência do FUNBIO em projetos e estratégias de financiamento de unidades de conservação levou a Colômbia, segundo país mais biodiverso do planeta, a nos convidar, em 2017, a participar do desenvolvimento do projeto Estratégia Financeira para as Áreas Protegidas na Colômbia.

A meta é desenhar uma estratégia para manter as áreas protegidas a longo prazo, como no Fundo de Transição do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que, aqui, prevê um incremento gradual de recursos oriundos dos esforços governamentais para que estes, ao fim de 25 anos, financiem 100% dos custos das unidades de conservação.

No total, são 126 áreas protegidas beneficiadas pelo programa na Colômbia: 68 nacionais e 58 regionais, que somam cerca de 24 milhões de hectares.

Em 2018, foram realizados em Bogotá *workshops* que reuniram um total de 70 participantes, entre gestores e funcionários responsáveis pelas finanças de áreas protegidas, além de especialistas em mecanismos financeiros, para debaterem alternativas de financiamento sustentável no país.

O projeto avançou em 2018 na construção de uma ferramenta adequada à estrutura complexa do programa colombiano, projetando os custos de consolidação e manutenção das áreas protegidas.

Foram realizados estudos para projetar o custo de implementação e de manutenção desse sistema de áreas protegidas, o volume de recursos disponíveis atualmente e as oportunidades de fontes de financiamento adicionais que possam cobrir as lacunas entre despesas e receita.



áreas
protegidas



de hectares
protegidos



especialistas mobilizados
em *workshops* sobre
financiamento



Área Protegida Sierra de La Macarena, Meta, Colômbia.
Foto: Andres Hurtado/Parques Nacionales Naturales de Colombia



Abrangência: Amazônia

O projeto Moore Sustentabilidade se originou da iniciativa Compromisso com a Amazônia – ARPA para a Vida, lançada durante a Rio+20, voltada para um mecanismo de financiamento de longo prazo do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) ([ver página 38](#)). A iniciativa contava inicialmente com cinco componentes, com atividades diferentes, porém interligadas para a identificação e potencialização de diferentes fontes de financiamento. Entre os temas objeto do projeto estão a compensação ambiental, créditos tributários e a criação de uma nova estratégia de financiamento para as redes voltadas para a proteção da biodiversidade, com vistas a encontrar alternativas de

financiamento complementares às fontes convencionais, que são doação e orçamento público.

Em 2018, o projeto deu continuidade às parcerias estabelecidas nos anos anteriores, sobretudo com a Coalizão Pró-UCs, que objetiva contribuir para a valorização das unidades de conservação pelo poder público e pela sociedade. Em agosto, no IX Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC), em Florianópolis, o FUNBIO promoveu um debate com a participação do governo e do Ministério Público e apresentou vídeos sobre compensação ambiental, explicando as diversas formas de execução, seus desafios e oportunidades.



Abrangência: Zona Franca de Manaus

Desenhado inicialmente para apoiar a implementação de mecanismos de compensação ambiental na Amazônia, o projeto identificou a existência de outra potencial fonte de financiamento pouco mapeada até então, advinda de um conjunto de oportunidades envolvendo a Zona Franca de Manaus.

Em 2018, a consultoria contratada pelo projeto apresentou um panorama sobre as formas de financiamento da Zona Franca, os fundos e contrapartidas existentes, assim como uma proposta sobre como isso poderia ser convertido para a conservação ambiental. A partir desses resultados, o FUNBIO vem realizando um olhar estratégico sobre essas.

O estudo foi apresentado no 1º Fórum de Investimentos de Impacto e Negócios Sustentáveis na Amazônia (FIINSA), que aconteceu em novembro de 2018 na cidade de Manaus, no Amazonas.



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



FUNBIO AGÊNCIA GEF





Abrangência:
Amazonas
Bahia
Espírito Santo
Goiás
Maranhão
Minas Gerais
Pará
Paraná
Rio de Janeiro
Rio Grande do Sul
Santa Catarina
São Paulo
Tocantins

Com mais de 100 mil espécies de invertebrados, quase nove mil de vertebrados e uma flora de mais de 46 mil exemplares distribuídos em seis biomas — Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa —, o Brasil é o país mais biodiverso do mundo. Mas toda essa riqueza vem sendo ameaçada pelas consequências da atividade humana, com mais de três mil espécies colocadas em risco de extinção.

O projeto Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção, o Pró-Espécies, é o primeiro projeto da Agência GEF FUNBIO e objetiva que até 2022 todas as espécies criticamente em perigo de extinção estejam protegidas por algum instrumento de conservação. Lançado em maio, abrange 50% dos estados do país e tem o WWF-Brasil como instituição executora.

O foco da iniciativa está em 290 espécies criticamente ameaçadas de extinção e que não estão em áreas protegidas nem são contempladas por Planos de Ação Nacional (PAN).

13

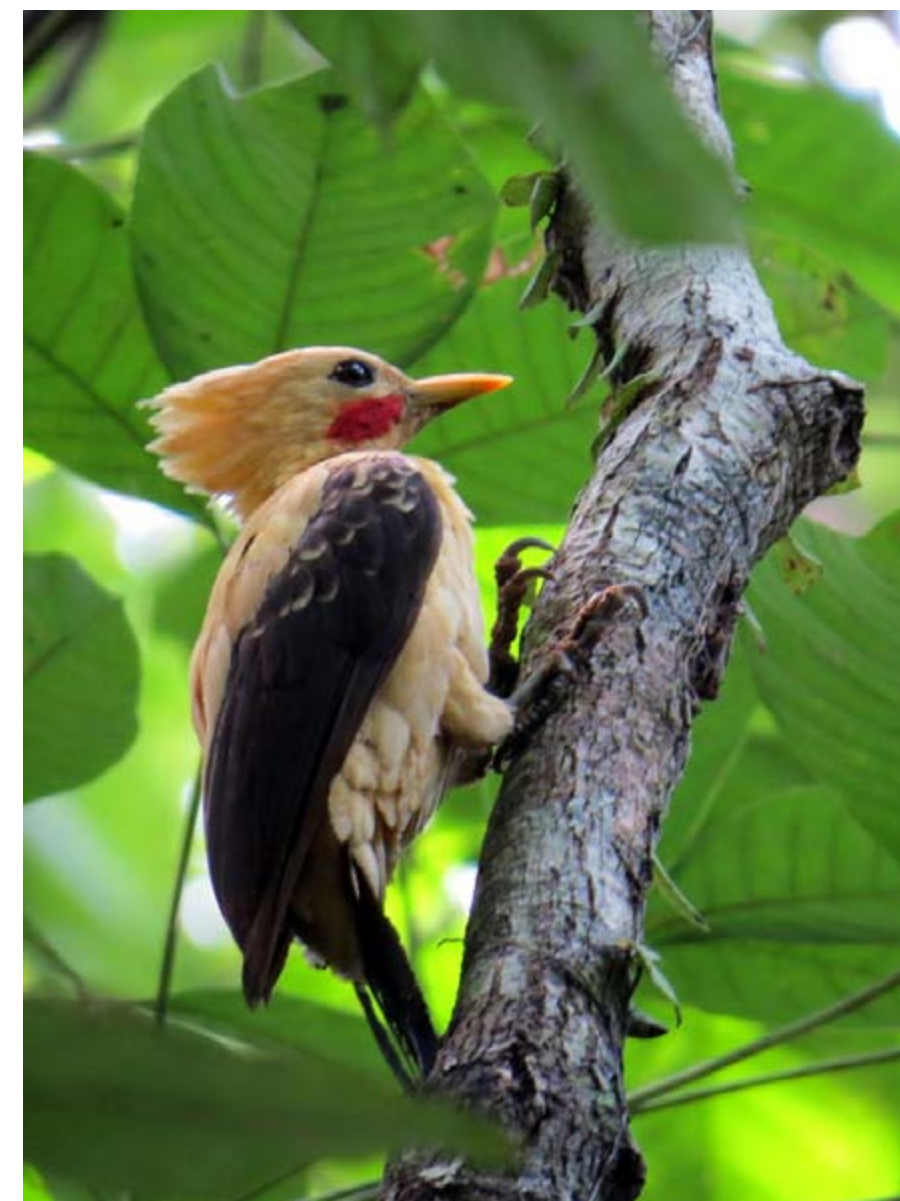
estados em que o projeto ocorre

290

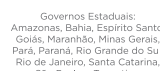
espécies beneficiadas diretamente

40

participantes, aproximadamente, em duas oficinas de análise para a conservação de espécies ameaçadas



Pica-pau-amarelo (*Celeus flavus*), espécie ameaçada de extinção.
Foto: André Aroeira/FUNBIO



O MAPA DA ESPERANÇA

No dia 25 de novembro foi apresentado, durante a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB/COP 14), no Egito, o Mapa dos Sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero. O documento traz 146 sítios prioritários para conservação de 725 espécies de vertebrados e invertebrados classificadas como Em Perigo (EN) e Criticamente em Perigo (CR), de acordo com a Lista Vermelha Oficial da Fauna Brasileira.

O Mapa de Sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero é resultado de uma avaliação realizada pela Fundação Biodiversitas em parceria com a Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas – Pró-Espécies, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e as organizações BirdLife International e American Bird Conservancy no âmbito do projeto GEF – Aliança para Extinção Zero (Alliance for Zero Extinction (AZE): Conserving Earth's Most Irreplaceable Sites for Endangered Biodiversity).

O mapa é uma importante ferramenta para a elaboração de estratégias de conservação e alocação de recursos. Ele servirá também para a criação de diretrizes e políticas públicas visando ao combate à extinção de espécies ameaçadas no Brasil. Dentre os sítios apontados no mapa, 25 estão sob a abrangência do projeto Pró-Espécies, e nessas áreas está prevista a elaboração de Planos de Ação Nacional (PANs).

O Pró-Espécies visa à implementação de políticas públicas para a prevenção, conservação, manejo e gestão para minimizar as ameaças e o risco de extinção dessas espécies nos 13 estados em que o projeto atua. Como num efeito cascata, as ações irão beneficiar outras espécies ameaçadas.

O projeto realizou, em setembro e outubro, duas oficinas para apresentação de uma nova metodologia de análise para a conservação de espécies ameaçadas, que contaram com a participação de cerca de 40 participantes, no total. Espera-se que a nova metodologia proporcione maior entendimento das necessidades de cada espécie ameaçada de extinção para, assim, promover ações específicas para cada situação.

Em dezembro aconteceu a Câmara Técnica da Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) sobre a Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. O evento fez parte da 14ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP/CDB).

O encontro abordou temas como a avaliação das Metas de Aichi para a biodiversidade, as espécies exóticas invasoras, a conservação e o uso sustentável de polinizadores, biodiversidade costeira e marinha, entre outros. As propostas aos temas foram aprovadas e tornaram-se Decisões da CDB.

Espécies brasileiras ameaçadas de extinção

3.286

espécies reconhecidas oficialmente como ameaçadas no Brasil

Número de espécies ameaçadas por bioma*

* Há espécies que ocorrem em mais de um bioma

Número de espécies ameaçadas por categoria

1 Extinta na Natureza

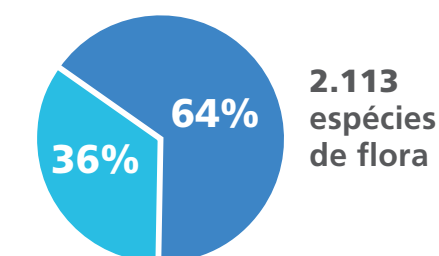
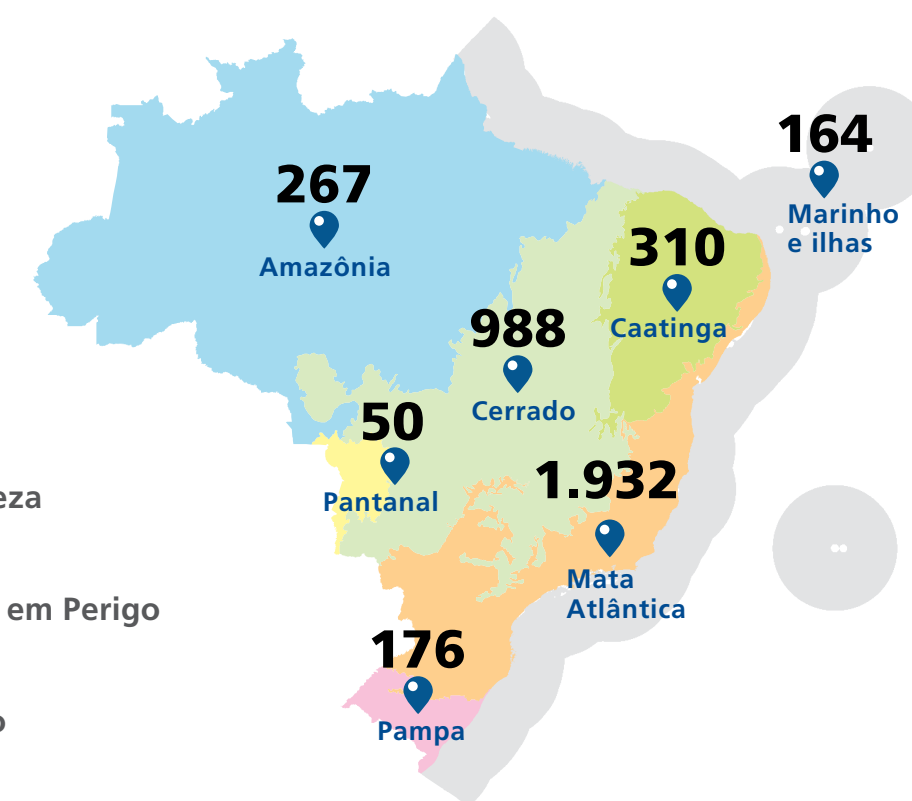
785 Criticamente em Perigo

1.553 Em Perigo

947 Vulneráveis

10 Extintas

Fonte: Estratégia de Conservação para Espécies Ameaçadas de Extinção – Projeto Pró-Espécies



1.173 espécies de fauna

2.113 espécies de flora



ODS

CRÉDITOS E AGRADECIMENTOS

87
RELATÓRIO ANUAL
FUNBIO 2018

Edição **Helio Hara**
Textos **Fabício Teixeira**
Revisão **No Reino das Palavras**
Projeto gráfico **Luxdev — Giselle Macedo**

Publicado em abril de 2019

Agradecemos o envolvimento de toda a equipe do FUNBIO na produção e na revisão deste material.



Créditos

Capa

Reserva Extrativista de São João da Ponta/ICMBio, PA.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

Página 36

Parque Nacional do Jurueña/ICMBio, MT.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

Página 62

Estrela-do-mar (*Asteroidea* sp.).
Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ.
Foto: Cesar Cordeiro

Página 77

Área Protegida Los Nevados, Tolima, Colômbia.
Foto: Andres Hurtado/Parques Nacionales Naturales de Colômbia

Página 83

Muriquis-do-sul (*Brachyteles arachnoides*).
Parque Estadual Carlos Botelho, SP.
Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

Agradecimentos

Ação Social Diocesana de Santa Cruz do Sul (ASDISC)

Adrian Martino/Mundo Marinho

Assessoria e Gestão em Estudo da Natureza,
Desenvolvimento Humano e Agroecologia (Agendha)

Cesar Cordeiro/Laboratório de Ecologia e
Conservação de Ambientes Recifais – LECAR

Emi Brinatti/Laboratório de Mamíferos Aquáticos
e Bioindicadores – MAQUA

Fernando Moraes/Museu Nacional do Rio de Janeiro

Fernando Tatagiba/ICMBio

Haydée Cunha/Laboratório de Mamíferos Aquáticos
e Bioindicadores – MAQUA

Júlio Itacaramby

Karina Oliveira/Instituto Raoni

Mariana Gutierrez/WWF-Brasil

Moysés Barbosa/Laboratório de Ecologia e Conservação
de Ambientes Recifais – LECAR

Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú